

Policarpo fecha com Gayer

O presidente da Câmara de Goiânia, filiado ao Cidadania, afirmou que trabalhará pela eleição do liberal ao Senado.

Página 3

Regionalização da saúde é prioridade para os candidatos

Principal flanco ao longo dos anos é outro, a atenção primária à saúde, aponta especialista.

Páginas 7

Adversários de Daniel enfrentam problemas para transformar a eleição numa disputa aberta

Quanto mais fragmentados, mais difícil será para se construir um plebiscito entre Daniel e uma única alternativa de oposição.

Página 8

TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.859 • R\$ 2
Goiânia, de 23 a 29 de agosto de 2026

Entrevista

Luis Cesar Bueno

Candidato ao governo de Goiás pelo PT

Luis Cesar Bueno promete tarifa zero e reestatização da saúde em Goiás

Candidato do PT ao governo diz que Estado deve reassumir a gestão dos hospitais, ampliar investimentos em segurança e criar oito polos de desenvolvimento econômico.

Páginas 4 a 6



Foto: Alexandra Rita

ESCOLA

Candidatos ao governo de Goiás apresentam caminhos diferentes para a educação

Melhora nos indicadores educacionais coloca novos desafios no centro da disputa.

Página 14



Eleições 2026

Principal prefeito do PL, Márcio Corrêa declara apoio a Daniel Vilela

Decisão de Márcio Corrêa impõe derrota a Wilder e reforça palanque do MDB no terceiro maior colégio eleitoral de Goiás.

Página 12



Cidadania

Prefeitura de Goiânia fortalece Rede de Proteção à Mulher

Trabalho inclui acolhimento, atendimento especializado, prevenção, orientação e encaminhamento.

Página 13

Capital político

Mabel quer fazer Goiânia repetir papel de 2022

Com um em cada cinco eleitores de Goiás, capital volta ao protagonismo da disputa e prefeito mobiliza sua força política a favor de Daniel.

Página 11

Indecisos

Eleitores que não definiram o voto podem mudar cenários

No levantamento espontâneo, 51% ainda não têm candidato à Presidência. Na estimulada, os indecisos apareceriam na terceira colocação.

Página 9

Mapa da disputa

Largada mostra regiões prioritárias dos candidatos

Daniel apostou em carreatas pelo interior; Marconi passou mais tempo em Goiânia e Wilder percorreu ambientes do eleitorado conservador.

Página 10

Editorial

Saúde e educação exigem mais que promessas

Saúde e educação estão entre os temas que mais diretamente afetam a vida dos goianos e, por isso, não podem ocupar espaço secundário nos debates eleitorais. São áreas que exigem planejamento, recursos, metas claras e, sobretudo, capacidade de transformar compromissos de campanha em políticas públicas capazes de produzir resultados concretos.

Na saúde, a urgência é ainda maior. Pesquisa Genial/Quaest realizada em julho mostrou que a área é a principal preocupação de 35% dos eleitores de Goiás. O dado não surge isoladamente: as filas, a dificuldade de acesso a consultas e exames, a pressão sobre os serviços de urgência e a necessidade de ampliar a atenção básica fazem parte da realidade de milhares de usuários do SUS.

Nesse cenário, a regionalização aparece nos planos dos candidatos como uma resposta recorrente. Mas regionalizar não pode significar apenas distribuir unidades pelo território. É preciso garantir estrutura, profissionais, financiamento, capacidade de atendimento e integração entre os diferentes níveis de assistência. Da mesma forma, reduzir filas exige enfrentar suas causas, e não apenas administrar a espera.

Na educação, Goiás chega à eleição com avanços importantes. Os resultados de 2025 mostram crescimento no Ideb dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, enquanto o ensino médio permaneceu em 4,8. O desafio, portanto, não é apenas manter conquistas, mas identificar onde ainda estão os gargalos e assegurar aprendizagem, inclusão, permanência e preparação para o futuro.

Os planos apresentados trazem propostas variadas para esses problemas, com diferentes ênfases em atenção básica, expansão da rede, ensino integral, valorização profissional, tecnologia e educação profissional. O eleitor terá de observar não apenas o que é prometido, mas como cada compromisso poderá ser executado, quanto custará, quais metas serão adotadas e em quanto tempo os resultados poderão ser medidos.

Saúde e educação não comportam soluções improvisadas nem promessas genéricas. São políticas que atravessam governos e produzem efeitos sobre gerações. Mais importante que a quantidade de propostas será a capacidade de transformar prioridades em ações sustentáveis, com transparência e mecanismos de acompanhamento. Para os goianos, é isso que deve estar no centro da discussão eleitoral.

Artigo

Dor também é desigualdade: por que mulheres negras, pessoas LGBTQIAPN+ e grupos vulneráveis sentem mais dor?

A dor não escolhe idade, gênero, raça ou condição social. Mas a forma como ela é vivida, interpretada e tratada está longe de ser igual. A ciência já demonstra que minorias sociais apresentam maior prevalência de dor crônica, maior carga de sofrimento e menor acesso ao tratamento adequado. Racismo estrutural, sexismo, discriminação e exclusão social não apenas adoecem: também influenciam a forma como sentimos e tratamos a dor.

Uma revisão sistemática brasileira publicada em 2012 no *Brazilian Journal of Pain* mostrou que a prevalência de dor crônica no Brasil varia entre 23% e 76%, com média de 45,6%, sendo mais frequente entre mulheres. Essa diferença não pode ser explicada apenas pela biologia. Ao longo da vida, muitas mulheres acumulam experiências dolorosas físicas e emocionais, convivem com sobrecarga de trabalho, desigualdade de gênero, violência e, frequentemente, ainda têm suas queixas minimizadas ou atribuídas apenas a fatores emocionais.

A situação é ainda mais preocupante para pessoas negras. Estudos internacionais mostram que elas recebem menos analgésicos, aguardam mais tempo por atendimento e têm seus relatos de dor subestimados em comparação com pessoas brancas. A população LGBTQIAPN+ também apresenta maior prevalência de dor crônica. Um estudo publicado na revista *PAIN* encontrou prevalência de 17,2% entre heterossexuais, 21,7% entre gays e lésbicas, 23,7% entre bissexuais e 27% entre pessoas que se identificaram como “outra identidade sexual”. O sofrimento psicológico foi o fator mais fortemente associado a essas diferenças.

Hoje sabemos que a dor não depende apenas da presença de uma lesão. Experiências persistentes de discriminação, violência, preconceito e insegurança mantêm o organismo em estado prolongado de estresse, produzindo alterações neurobiológicas que aumentam a sensibilidade à dor e favorecem sua cronificação.

É por isso que o modelo biopsicossocial da dor

se tornou referência mundial. Além dos fatores biológicos, ele considera os aspectos psicológicos e sociais que moldam a experiência dolorosa. Compreender a história de vida, o contexto social e as barreiras enfrentadas por cada pessoa é parte do tratamento.

A dor também revela desigualdades. Cuidar dela exige mais do que exames e medicamentos: exige escuta, respeito, equidade e compromisso com a dignidade humana. Se a dor é uma experiência biopsicossocial, seu tratamento também precisa ser. Combater a desigualdade é, também, uma forma de aliviar a dor.



Mariana Schamas, cinesiologista, Coordenadora do curso *Dor e Movimento HCX USP*, Professora e autora do Livro “*A Dor é um Convite para a Mudança*” (Editora Latitude).

Artigo

O Brasil não tem poucos leitores

Toda vez que aparece uma pesquisa revelando alguma tendência de queda nos índices de leitura, o diagnóstico de que o brasileiro não aprecia ler ressurge como um fantasma. Repetida com frequência, a apressada ideia foi assumindo ares de verdade evidente. Mas não é. Aliás, está muito longe de ser. O problema no Brasil nunca foi, de fato, falta de interesse pela leitura.

A questão pode ser mais bem compreendida quando pensamos em como o país continua a oferecer oportunidades bastante desiguais para que alguém se torne leitor. Nenhum leitor nasce pronto, é preciso reconhecer isso. A lei-

tura é uma atividade que vai se construindo ao longo da vida, por meio da convivência familiar, da escola, das bibliotecas, do acesso aos livros, do tempo disponível e da mediação.

No Brasil, infelizmente, esses recursos permanecem concentrados e são quase exclusivos de determinadas classes socioeconômicas. Com isso, a leitura por aqui muitas vezes constitui um verdadeiro privilégio antes de ser um direito. Historicamente, portanto, o país foi transformando bens culturais em marcas de distinção social.

Reconhecer essa desigualdade pode ajudar a explicar o paradoxo de que, em um tem-

po de tantos livros, tantos textos circulando e tantas possibilidades de acesso à informação, milhões de brasileiros permanecem distantes da literatura.

Embora seja comum responsabilizar as redes sociais, os celulares ou as novas tecnologias pela crise da leitura, é preciso reconhecer que o problema não foi criado a partir da sua incontornável presença em nossas vidas.

Mesmo que os nossos modos de atenção tenham sido modificados, as facilidades trazidas pelas inovações tecnológicas só tornaram ainda mais visível a desigualdade antiga, agora traduzida na imagem ob-

jetiva de um país que universalizou o consumo de telas antes de universalizar o acesso à formação cultural.

Se o Brasil deseja mesmo ampliar seu número de leitores, precisa abandonar o discurso moralizante segundo o qual bastaria somente estimular o gosto pelos livros. Gostar de ler não é um dom, nem mesmo uma virtude individual.

A massificação da leitura só poderá resultar de oportunidades concretas de formação, do investimento nas escolas públicas de base, do fortalecimento das redes de bibliotecas, da democratização do acesso ao livro e do reconhecimento da literatura como um direito cultural.

Essas talvez sejam medidas menos espetaculares do que os milhares de reais investi-

dos em campanhas de incentivo à leitura. Porém, muito mais eficazes para alterar a pergunta fundamental.

Afinal, ao invés de procurar saber se não gostamos mesmo de ler, devemos nos perguntar por que o acesso à leitura no Brasil insiste em permanecer tão desigual.



Vinícius Ferreira, professor de Literaturas de Língua Portuguesa na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutor em Estudos Literários e autor do livro “*Não existe acaso no inferno*” Públicos.



Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais

Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Falando em Anápolis

Anápolis terá 49 candidatos ligados ao município nas eleições deste ano: 28 para deputado estadual e 21 para deputado federal, conforme já adiantado pela Tribuna do Planalto. O número reflete o tamanho do colégio eleitoral que a terceira maior cidade de Goiás se tornou.

Mais apoios a Daniel

Márcio Corrêa não é o único nome ligado às fileiras bolsonaristas a declarar apoio a Daniel Vilela. Dentro do Novo, partido coligado com o PL em Goiás, outras figuras também devem seguir caminho parecido. É o caso de Rodrigo Palmeira, vice-presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis de Goiás, o Sinpol-GO.

Bênção de Nikolas

Rodrigo Palmeira disputa a eleição com a bênção do deputado federal Nikolas Ferreira, uma das principais referências da direita no país. Mesmo assim, deve anunciar, nos próximos dias, apoio à candidatura de Daniel Vilela. O movimento reforça a dificuldade do PL de Wilder Moraes em manter sob controle todo o campo conservador em Goiás.

Aparecida com Daniel

Em Aparecida, o Novo também tem nomes caminhando com Daniel. A advogada Fernanda Sarelli já declarou apoio ao governador. O empresário Danilo Rios, filiado ao Novo, mas ligado ao grupo emedebista, segue na mesma direção. Ambos pertencem à base do prefeito Leandro Vilela (MDB).

Novo só no papel

Danilo Rios resume o clima interno em uma frase: “Ouso dizer que 90% do partido não vai declarar apoio, mas está com Daniel”. A fala ajuda a explicar o cenário. O Novo está formalmente no campo de Wilder, mas parte de seus quadros locais calcula a eleição por outra lógica: proximidade municipal, relação com o MDB e sobrevivência política.

Prefeito da maior cidade governada pelo PL escolhe Daniel



Foto: Divulgação

O apoio de Márcio Corrêa a Daniel Vilela expôs a fissura mais incômoda do PL em Goiás. Prefeito de Anápolis, maior cidade administrada pela legenda no Estado, Márcio oficializou neste sábado (22) a entrada no palanque de reeleição do governador do MDB. O gesto ocorreu durante a inauguração do comitê do deputado estadual Amilton Filho, em Anápolis. Na prática, formalizou uma aliança que já existia antes mesmo de a campanha começar, mas que vinha sendo administrada com cuidado por causa do conturbado ambiente interno do PL.

A escolha tem peso eleitoral e simbólico, pois Wilder Moraes é o candidato do PL ao Governo de Goiás e não conta com o apoio do prefeito mais importante do próprio partido no Estado. Daniel, por sua vez, começou a campanha mostrando que conseguiu entrar no PL pela porta de Anápolis.

O PL passou praticamente toda a pré-campanha rachado. Gustavo Gayer nunca escondeu que preferia uma aliança com Daniel Vilela para disputar uma das vagas ao Senado ao lado de Gracinha Caiado, dentro da base caiadista. A composição reduziria as múltiplas candidaturas tanto do lado do Palácio das Esmeraldas quanto do próprio PL e abriria caminho para uma eleição mais confortável dos dois ao Senado. Não aconteceu.

Wilder bateu pé e fez valer a candidatura própria ao governo. A decisão organizou formalmente o PL em torno de seu nome, mas não eliminou as divergências internas. Parte do partido preferia uma composição mais ampla com a base caiadista. Outra parte defendia que a legenda tivesse candidato próprio ao Palácio das Esmeraldas.

Nessa disputa, Márcio Corrêa ficou ao lado de Gayer. Ele foi eleito suplente de deputado federal pelo MDB, sempre manteve boa relação com Daniel Vilela e nunca rompeu politicamente com o grupo de Ronaldo Caiado. Major Vitor Hugo, vereador por Goiânia e ex-deputado federal, também defendia uma composição ampla.

Por isso, a adesão de Márcio a Daniel não surgiu do nada. É consequência de uma divisão que já estava colocada dentro do PL antes mesmo da campanha começar oficialmente.

Anápolis tornou o movimento ainda mais sensível. A cidade é o terceiro maior colégio eleitoral de Goiás, tem peso econômico, força industrial, influência regional e tradição de voto conservador. É exatamente o tipo de município que Wilder precisaria usar como prova de que o PL está unido em torno de sua candidatura. Não está.

O caso cria constrangimento para Wilder. O senador começa a disputa tendo de explicar por que o principal prefeito de seu partido está com o adversário. Em uma campanha curta, esse tipo de fissura cobra preço. A oposição precisa mostrar força rapidamente. O PL, em vez disso, terá de voltar a explicar suas divisões.

A oficialização do apoio em Anápolis inaugurou uma nova etapa da campanha. Até aqui, a disputa era medida por convenções, pesquisas, composições e discursos. Agora, começa a fase em que os palanques municipais mostram quem realmente entrega território. Daniel encontrou no PL uma entrada para sua campanha. E ela passa por Anápolis.

Policarpo fecha com Gayer

A passagem de Gustavo Gayer pela Câmara de Goiânia consolidou apoios que até um mês atrás eram inusitados. O presidente do legislativo, Romário Policarpo afirmou que trabalhará pela eleição do liberal ao Senado. Filiado ao Cidadania, ele integra a federação que sustenta Marconi Perillo ao governo. O PSDB-Cidadania lançou Iure de Castro e Ernesto Roller ao Senado.

Câmara abre espaço

Gayer encontrou ambiente favorável entre vereadores da capital durante a visita à Câmara. Além de Policarpo, Geverson Abel e William do Armazém também fizeram manifestações de apoio. O movimento amplia a presença do candidato do PL no Legislativo goianiense.

Thialu banca escolha

A condição de aliado de Daniel Vilela não impediu Thialu Guiotti de escolher Gayer para o Senado. Presidente estadual do Avante, ele já havia anunciado o voto e voltou a sustentar a decisão publicamente. À este colunista, reforça que o segundo apoio vai ser uma “ademão” entre Oseias Varão e Vanderlan Cardoso.

Bruno entra na roda

O adesivado promovido por Thialu Guiotti colocou Bruno Peixoto no mesmo ato de Gustavo Gayer e Romário Policarpo. O presidente da Alego não declarou voto no liberal, mas a participação mostrou a facilidade com que Gayer tem circulado entre integrantes da base de Daniel.

Tião vai além

Se Bruno Peixoto não abriu o apoio total, Tião Peixoto não fez cerimônia. O vereador declarou apoio a Gayer durante a passagem pela Câmara e afirmou que o deputado será “um grande senador”. Pai e filho, portanto, adotaram graus diferentes de aproximação com o candidato do PL. Detalhe: Tião também pertence ao PSDB de Marconi.

Dobradinha cruzada

Líderes de grandes igrejas também têm articulado apoios cruzados entre diferentes coligações. Josué Gouveia, presidente da Assembleia de Deus Ministério Vila Nova, decidiu votar em Gracinha Caiado e Gustavo Gayer. Um nome da base e outro da oposição no mesmo palanque eleitoral.

Movimento em monitoria

Palacianos têm observado atentamente uma aproximação entre Gustavo Mendanha e Gustavo Gayer. A dobradinha GuGu já é uma realidade e outros pré-candidatos ao Senado da base já fazem as contas do impacto que a parceria entre o ex-prefeito de Aparecida e o deputado federal pode provocar.

Unidade

Daniel Vilela, Mendanha e Gracinha estavam juntos num mesmo palanque na última sexta-feira (21). Interlocutores destacam clima de unidade e pacificação no trio. Eles reforçam também que a presença do trio juntos afasta qualquer tipo de divisão dentro da base danielista.

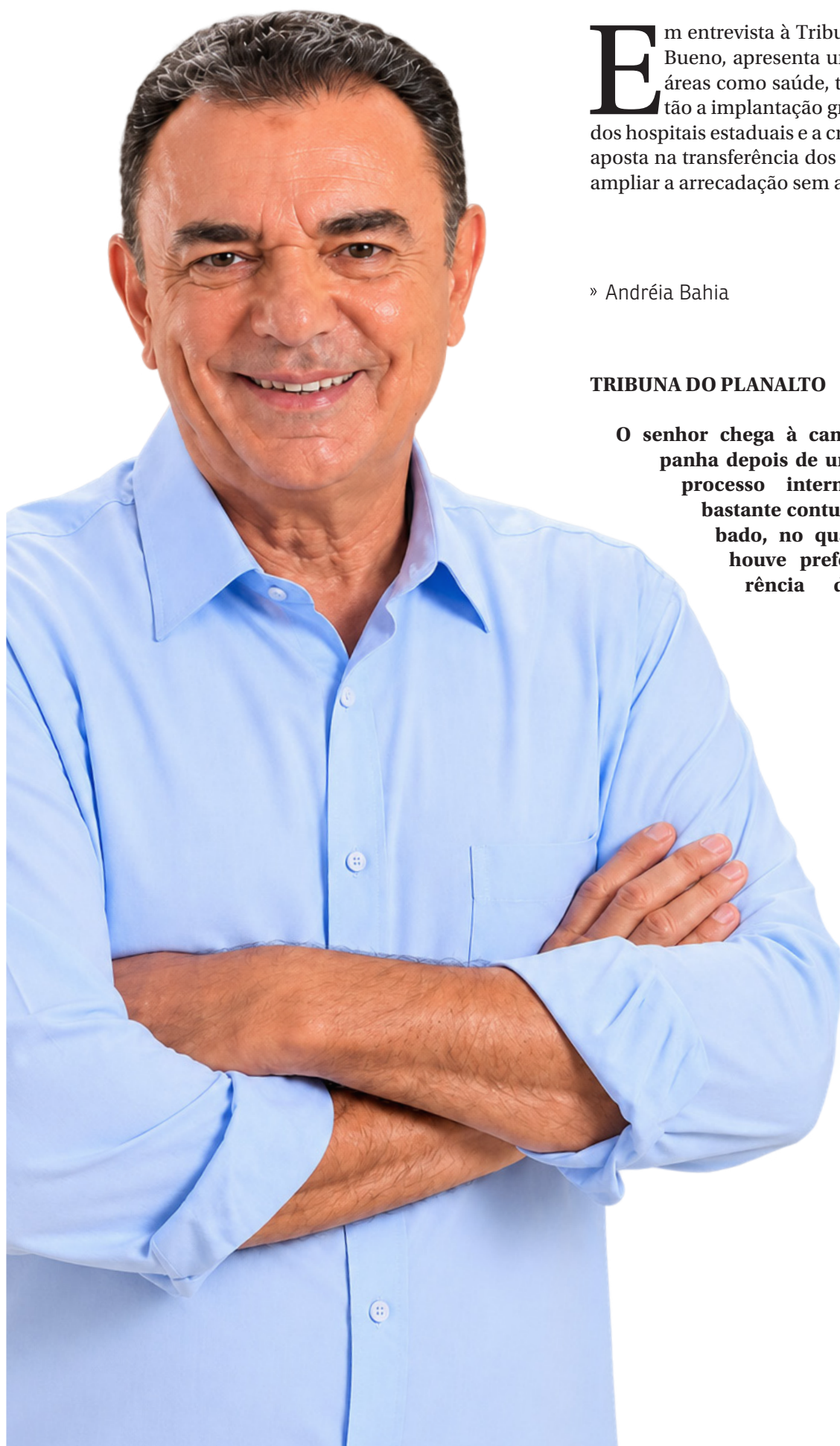
Entrevista

Luis Cesar Bueno
candidato ao governo de Goiás pelo PT

Luis Cesar Bueno

promete tarifa zero e reestatização da saúde em Goiás

Candidato do PT ao governo diz que Estado deve reassumir a gestão dos hospitais, ampliar investimentos em segurança e criar oito polos de desenvolvimento econômico



Em entrevista à Tribuna do Planalto, o candidato do PT ao governo de Goiás, Luis Cesar Bueno, apresenta uma plataforma marcada pela ampliação da presença do Estado em áreas como saúde, transporte, educação e segurança. Entre as principais propostas, estão a implantação gradual da tarifa zero no transporte coletivo, a reestatização da gestão dos hospitais estaduais e a criação de oito zonas de desenvolvimento econômico. Bueno também aposta na transferência dos votos de Lula para a chapa petista em Goiás e afirma que pretende ampliar a arrecadação sem aumentar impostos.

» Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

O senhor chega à campanha depois de um processo interno bastante conturbado, no qual houve preferência de

setores da direção nacional do PT pelo nome de Adriana Accorsi. Em algum momento o senhor sentiu que sua candidatura poderia não ser confirmada?

LUIS CESAR BUENO

Não, porque tanto a Adriana (Accorsi) quanto a vereadora Aava (Santiago) me deram garantias de que elas não seriam candidatas, e isso realmente se confirmou. Eu obedeci à resolução, à decisão da direção estadual que definiu o meu nome ainda bem antes da convenção oficial. Portanto, eu tinha certeza desde o início que meu nome seria confirmado.

O presidente Lula chegou a defender Adriana Accorsi como candidata ao governo. Como fica hoje sua relação política com o presidente? O senhor terá efetivamente o apoio de Lula em Goiás?

Ele se reuniu comigo já por duas vezes, a primeira vez junto com o presidente Edinho Silva, quando nós definimos as estratégias e o discurso para Goiás, e o segundo momento quando ele fez a gravação do programa eleitoral. A relação com ele é muito boa, tanto que no lançamento da candidatura dele, em São Bernardo, eu fui um dos poucos que usou a palavra no estádio de Vila Euclides.

O PT perdeu tempo precioso discutindo internamente a candidatura? Isso pode prejudicar a campanha?

Eu costumo dizer que isso é passado. Nós temos que discutir agora o presente e o futuro. Iniciou um processo eleitoral e nós estamos na disputa representando a continuidade do governo do Brasil aqui em Goiás como candidato a governador. E volto a falar, isso foi uma questão de estratégia porque o presidente Lula trabalha em todos os estados para ampliar ao máximo o palanque.

Sua candidatura representa um palanque para Lula em Goiás, uma tentativa de reconstrução do PT em Goiás



É inadmissível uma empresa chegar em Goiás e ficar seis meses esperando a Equatorial disponibilizar energia elétrica.

ou o objetivo é efetivamente disputar o governo com chances de vitória?
Reconstruir o PT?

O PT não perdeu espaço em Goiás nos últimos anos, na sua avaliação?

Em 2022, nós tivemos 1,542 milhão de votos no segundo turno; nós vencemos as eleições em Goiânia quatro vezes e duas vezes em Anápolis. Portanto, o PT é um partido muito bem estruturado no estado de Goiás, nós temos diretórios em quase todos os municípios. O que nós temos que fazer, esse é o debate, é transferir os votos do presidente Lula para a candidatura ao governo, ao Senado, à Assembleia Legislativa e à Câmara dos Deputados. É esse movimento que nós precisamos fazer. Estamos elaborando um conjunto de táticas e estratégias para atingir esse objetivo. A minha candidatura tem como objetivo construir um governo com geração de emprego e renda, desenvolvimento econômico e justiça social e estabelecer um governo que tenha parceria com o presidente Lula, sendo ele reeleito para comandar o Brasil por mais quatro anos.

O senhor fala em oito zonas econômicas. Qual será a primeira medida prática para transformar esse conceito em realidade?

Nós precisamos estabelecer arranjos produtivos locais nas oito zonas de desenvolvimento econômico para garantir o equilíbrio regional; precisamos aumentar a arrecadação do estado sem aumentar os impostos para viabilizar essas zonas de desenvolvimento econômico e social. Dentro desse contexto nós achamos ínfima essa arrecadação atual do Estado. Um orçamento anual de R\$ 54 bilhões não representa a verdadeira potencialidade do Estado de Goiás. Nós precisamos estabelecer um equilíbrio orçamentário pelo menos com o Rio Grande do Sul, com o Paraná e com Santa Catarina, porque considerando que o estado de Goiás é um estado geograficamente muito bem situado no coração do Brasil, nós temos que desenvolver políticas de atração das indústrias, de atração do setor produtivo, ampliar a nossa participação no setor mineral, sobretudo sobre terras raras, para crescer a arrecadação - isso no período máximo de 36 meses - e poder implantar um plano de desenvolvimento econômico com os oito polos de desenvolvimento.

Como Goiás poderá atrair novos investimentos com o fim dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado? Haverá novos incentivos? Quais serão os critérios?

Primeiro, atrair as empresas que já estão procurando o estado de Goiás em função da localização geográfica. Precisamos urgentemente resolver o gargalo na infraestrutura. É inadmissível uma empresa chegar em Goiás, alugar um galpão, contratar 100, 150 funcionários e ficar seis meses esperando a Equatorial disponibilizar energia elétrica. E não disponibiliza energia elétrica por falta de energia, mas porque não investiu nas redes de transmissão. As redes de transmissão são praticamente as mesmas da época da Celg, os transformadores estão precisando de reposição. A primeira questão a resolver é esse gargalo da distribuidora de energia, que era Enel e agora é Equatorial. E o segundo ponto é, dentro da estrutura da nova reforma tributária, fazer os arranjos produtivos onde o Estado, através de um parque de consumo grande e de um polo centralizado de distribuição de mercadoria, possa atrair os vários setores da atividade econômica. Acredito que os dois setores que serão importantes para aumentar a arrecadação do Estado - ampliando a atividade econômica e não com o aumento de impostos - são o setor do agronegócio e o setor mineral, onde o estado de Goiás tem potencial muito grande nessas duas atividades.

Goiás tem atraído investimentos importantes em mineração, indústria e energia. Qual é o limite entre exploração econômica e proteção ambiental para o seu eventual governo?

Nós temos uma estrutura produtiva muito grande no agronegócio e temos uma estrutura produtiva que pode crescer muito na agricultura familiar. A agricultura familiar representa em todo o país algo em torno de R\$ 26 bilhões; o agronegócio representa R\$ 600 bilhões e 15%, 20% de todo esse recurso está concentrado no estado de Goiás. Nós precisamos fazer uma estruturação de ampliação do agronegócio no estado tendo uma política de parceria com o setor produtivo, sobretudo no deslocamento da produção. Eleito, pretendo instalar ramais intermediários de ferrovias entre os entrepostos dos polos de distribuição de mercadoria localizados em Uruaçu, Rio Verde, São Simão para poder fazer o escoamento direto da produção agrícola para os portos do Oceano Pacífico e do Oceano Atlântico sem passar pelo modal do transporte rodoviário. Isso economiza significativamente o custo com transporte. O outro eixo que nós temos que avançar no campo do agronegócio é ter uma política específica para os arrendatários, porque eles já iniciam o processo de produção da soja com déficit de 15% a 20%.

Nós temos uma ideia de, junto com o Ministério da Agricultura e Pecuária, estimular o seguro para, caso haja problema de clima, não atingir diretamente os produtores arrendatários. Tenho discutido muito essa questão do seguro de proteção dos arrendatários com os produtores de soja. Outra questão que será importante é o estabelecimento de uma política mineral para o estado de Goiás. O ouro que já está em fase adiantada de exploração com as empresas canadenses e chinesas, temos as terras raras, que precisam de uma política de exploração junto com o governo federal - que é bom entender que a concessão de terras raras é uma atribuição do governo federal. Nós queremos fazer uma política de estímulo às indústrias para que não venhamos a exportar o minério de forma



Saúde, educação e segurança pública são dever do Estado, não se pode jamais terceirizar essas três funções.

bruta sem o processo de industrialização. Nós queremos fazer o processo de produção de baterias no próprio estado de Goiás. Com isso, estaremos estimulando uma atividade produtiva muito grande para alavancar a nossa arrecadação. Nós temos vários segmentos da atividade econômica que terão condição de expandir.

Quanto vai custar a Tarifa Zero no transporte coletivo para o Estado de Goiás? De onde virá o dinheiro? O senhor já tem uma estimativa de quanto o governo precisará colocar anualmente no sistema?

Na região metropolitana de Goiânia, algo em torno de R\$ 500 milhões, R\$ 600 milhões por ano. Na região metropolitana de Brasília, algo em torno de R\$ 900 milhões, em função da complexidade da distância do sistema. Na região metropolitana de Brasília, nós teremos que fazer uma parceria com o go-

verno federal, com o governo do Distrito Federal, os municípios e o estado. Nós pretendemos instalar corredores exclusivos do transporte coletivo, ampliar ao máximo o investimento em BRT, fazer um transporte coletivo seguro, rápido, eficiente e com tarifas zero. Dessa forma, nós faremos com que as pessoas deixem o automóvel em casa e dirijam sobretudo ao trabalho e outras outras funções de ônibus. Se você considerar que para ir para casa ou para o trabalho, você gasta uma hora, uma hora e vinte, no caso da região metropolitana de Brasília, ir de ônibus vai chegar em 20, 25 minutos, você automaticamente irá de ônibus. Essa é a forma de desobstruir o gargalo de mobilidade que existe nas regiões metropolitanas. Aqui em Goiânia, o Governo Federal já investiu muito, algo em torno de R\$ 1,5 bilhão no Eixo Anhanguera e no Eixo Norte-Sul. Aqui em Goiânia nós temos que estabelecer corredores exclusivos, montar o modal do transporte coletivo na região metropolitana com segurança, com conforto, para estimular a população a deixar o carro em casa e ir para o trabalho de ônibus. É um trabalho que não se implanta de imediato, tem que ser feito de forma escalonada através de algumas linhas inicialmente e na medida que o sucesso vai acontecendo você vai fazendo de forma escalonada até durante quatro anos fazer a implantação de todo o sistema.

O sucesso está condicionado a essa mudança de comportamento, deixar o carro em casa e passar a usar o sistema?

Para todos os lugares onde a tarifa zero e o sistema modal de eixo exclusivo foi colocado, esse processo foi através de cultura e mudança de comportamento. O cidadão tem que perceber que ele vai de forma segura e mais rápida para casa de transporte coletivo do que de carro. Eu estava em Lisboa, ia para o centro histórico e pedi no hotel um táxi, o recepcionista do hotel assustou: 'como o senhor vai de táxi? O senhor vai demorar 40 minutos. Se o senhor pegar o ônibus aqui na porta, o senhor vai com 8 minutos. Por favor, pega o ônibus que é mais rápido.' É essa nova concepção que a sociedade aos poucos irá absorver. E nós temos que fazer políticas públicas na área de mobilidade urbana para os próximos 50 anos e não para os próximos 4 anos, como tem sido feito.

Quem vai pagar a conta: Estado, municípios, União, empresas ou algum fundo específico?

É o Estado que vai financiar. Nós vamos instalar um fundo que vai gerenciar esse modelo. Hoje os próprios em-

presários dão vale aos funcionários e nós vamos estudar qual é a forma que vamos financiar, e entendemos que, com o aumento da arrecadação e com o que já se gasta hoje, nós poderemos tornar esse gasto mais eficiente com o apoio da população, do cidadão. O usuário vai ter tarifa zero.

O senhor propõe reestatizar gradualmente a gestão dos hospitais estaduais. Quais hospitais seriam os primeiros?

Você não entrega o comando da Polícia Militar para a OS; também não entrega a direção e a gestão de uma escola para uma OS; não entrega o Gabinete do governador para uma OS. Eu entendo que saúde, educação e segurança pública é dever do Estado, que não pode jamais terceirizar essas três funções, que são espinha dorsal do estado. O modelo de gestão de saúde não deu certo, estamos vendo a catástrofe que vive o sistema de saúde, as pessoas estão morrendo por falta de UTI, o sistema de modulação para alta complexidade é um absurdo. Em uma crise renal, a pessoa tem que ficar gritando de dor na fila da modulação. Isso não pode acontecer. Nós queremos que o Estado assuma a gerência, o controle e o processo de gestão total das unidades de saúde. Para isso você tem que promover a função do médico como profissão de estado, do enfermeiro, do auxiliar de saúde para que tenhamos profissionais eficientes, com plano salarial de estado para conduzir esse processo de voltar o sistema de saúde para o modelo de gestão do Estado. Nós vamos fazer um processo também escalonado, escolher uma determinada unidade de saúde que esteja com maior gargalo e obstrução e promover essa unidade de saúde com interferência direta da gestão do estado. E de forma escalonada iremos fazer o processo de gestão em todas as unidades de saúde. Outra coisa que nós queremos instalar são os hospitais regionais, que precisam ser estruturados com tratamento ambulatorial, UTI, serviço eficiente de acolhimento de todas as modalidades de alta complexidade para acabar com a indústria da ambulância. Porque eu estava em Itumbiara e o que eu vi durante o percurso entre Morrinhos e Goiatuba foi um conjunto de ambulâncias saindo de Morrinhos, Goiatuba e cidades próximas indo ou para Itumbiara ou vindo para Goiânia. Nós precisamos que os municípios, principalmente os municípios de referência, os maiores municípios, tenham todo um complexo de atendimento de saúde que resolva o problema na região e o prefeito não tenha que ficar comprando ambulância para mandar os pacientes para Goiânia. É todo um

processo de gestão do estado que precisa ser instituído.

Qual a unidade seria a primeira a ser reestatizada? Há uma estimativa de custo para esse processo?

Nós estamos fazendo o estudo, estamos analisando, achamos que cortando os 30% que encarece o sistema com a contratação das OS, teremos condições de absorver as intervenções, principalmente em nível de recuperação salarial dos servidores, que nós teremos que fazer. O serviço de saúde será um dos serviços de Estado, assim como segurança pública e assim como educação.

O governo atual apresenta a segurança pública como uma de suas principais vitrines. O senhor reconhece que houve melhora nos indicadores de criminalidade em Goiás?

Houve uma reconfiguração do crime, o crime mudou de face. Não compensa para o tráfico de drogas roubar veículos, assaltar residência, porque isso não dá dinheiro mais para você colocar no tráfico de drogas. O tráfico de drogas hoje vive da lavagem de dinheiro, da adulteração de combustível; ele subiu para o andar de cima, consegue fazer contratos com o governo de Goiás. Isso quem está dizendo não sou eu, é a Operação Carbo-no Oculto, é a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, a grande imprensa nacional, que aqui em Goiás quase não divulga isso. Se você bate uma carteira na rua, na carteira não tem mais dinheiro, então você pode andar com a carteira com o celular na mão que ninguém vai te roubar. Roubar o celular pra quê? Em cinco minutos ele trava sozinho, você não consegue utilizá-lo. Dentro desse contexto, nós entendemos que o crime mudou de configuração e, na nova configuração do crime, Goiás tem índices alarmantes. Nós temos índices alarmantes no estelionato digital, aquele que clona os dados do seu telefone, que rouba o seu CPF, que abre um cartão de crédito no seu nome, que abre uma empresa no seu nome, esse tipo de crime interessa às organizações que fazem o tráfico de drogas. O crime de abrir empresa no seu nome interessa ao tráfico de drogas. Precisamos fazer um combate intenso ao crime eletrônico, ao estelionato eletrônico, coisa que Goiás não tem ainda um conjunto de delegacias especializadas. Nesse sentido, nós vamos fazer investimento na Polícia Civil para que ela seja uma polícia eficiente de investigação e de inteligência para combater o crime organizado e vamos investir na Polícia Militar também, porque a de Goiás enve-

lheceu. As patentes subiram, tem muitos chefes, coronéis, tenentes, majores, e um número muito reduzido de soldados. Precisamos fazer concurso público para contratar soldados e fazer com que a corporação, numericamente, seja uma corporação importante para fazer o combate junto com a Polícia Civil, um combate ao crime no estado de Goiás. Agora precisamos urgentemente ter políticas públicas na área de segurança pública para reduzir o feminicídio. De 2015 pra cá, o feminicídio cresceu 300%. Se uma mulher é agredida em Senador Canedo, ela tem que se dirigir a Goiânia, que é a única delegacia especializada dessa área que tem. Nós temos que levar as delegacias especializadas de proteção da mulher para todas as regiões do estado de Goiás e, mais do que isso, desenvolver campanhas de combate ao feminicídio, desenvolver políticas públicas de estado para proteção da mulher. Não podemos deixar Goiás liderar o ranking dos estados onde o feminicídio existe. A segurança pública é muito mais complexa do que os dados que o governo do estado apresenta. Eu queria muito debater esses dados com o governador Daniel Vilela, mas ele não tem comparecido aos debates.

O senhor defende o uso de câmeras corporais pela Polícia Militar. Isso seria obrigatório num eventual governo do senhor?

O governador de São Paulo fez lá e deu certo, no Rio está dando certo, no país está dando certo, em Goiás também vai dar certo. Isso protege o policial, protege o cidadão e reduz a criminalidade.

Goiás já possui uma política forte de educação em tempo integral. O que o senhor fará diferente?

Nós precisamos valorizar o professor, precisamos devolver a titularidade, devolver o plano de carreira, tirar os trabalhadores da educação que trabalham de forma temporária e fazer da educação realmente um modelo para o estado e para o país. Precisamos ampliar as escolas de tempo integral, instituir o ensino técnico no ensino médio para que o jovem, quando termina o ensino médio, esteja apto a escolher se vai para a universidade ou se vai para o mercado de trabalho, ter uma profissão quando terminar o ensino médio. Nós queremos participar inclusive do debate, que está em nível federal, de federalização do ensino médio, que a escola de ensino médio seja transformada em instituto federal de ensino. Isso não está na alçada do estado, está na da União, mas vamos desenvolver uma política

educacional capaz de viabilizar a educação com uma escola alegre, uma escola moderna, uma escola com inserção da comunidade. O poder local é muito forte na escola, porque na escola tem todas as camadas da sociedade, tem todas as religiões, tem todos os problemas. A inserção do psicólogo nas escolas é uma medida importante, até para corrigir o problema social que várias famílias têm, assim como alguns debatem também a própria inserção do assistente social dentro da escola. Temos que fazer a escola como instrumento de poder local, eficiente, que garanta a promoção da qualidade de vida de todas as famílias. A escola é um instrumento muito importante que vai ser valorizado.

Quanto de um eventual governo Luis Cesar Bueno dependeria de recursos federais? O plano cita R\$ 66,7 bilhões da carteira do Novo PAC relacionada a Goiás. Quanto desse dinheiro já está garantido e quanto dependeria de novas negociações?

O orçamento é muito ridículo, um orçamento ínfimo, R\$ 54 bilhões. Goiás pode muito mais. Nós vamos aumentar a arrecadação do estado, e, ao aumentar a arrecadação do estado, teremos condições de reestruturar a Universidade Estadual de Goiás, que foi desmontada, literalmente desmontada. E o que que fizeram com a UEG? Pegaram os recursos da UEG e jogaram nos 25% da educação. Com isso desmontou toda a estrutura de ensino superior que o estado tinha. A UEG é um importante polo de ensino técnico-científico para ajudar a corrigir as distorções do estado de Goiás, sobretudo as distorções econômicas, e o que nós vimos foi um desmonte da Universidade Estadual de Goiás. Junto com o investimento em ensino técnico e científico, junto com a recuperação da UEG, nós iremos cumprir aquela missão econômica nossa, que é corrigir as distorções e os desequilíbrios regionais.

Em seu plano, o senhor fala que pretende ampliar a fiscalização e punições contra desmatamentos e queimadas. Considerando que Goiás é um estado agrícola, como conciliar questões ambientais com a produção agrícola?

Eu acho que não precisa mais desmatar o Cerrado. Nós temos que proteger as nascentes, proteger os nossos mananciais, acabar com o assoreamento, sobretudo do Rio Araguaia, recuperar a bacia do Meia Ponte, que é uma importante fonte de água para a população de Goiânia, preservar sobretudo as nascentes dos ribeirinhos, que alimentam os grandes rios, e para isso a gente pode fazer uma parceria com o setor produtivo. As terras que já foram desmatadas, se tiverem investimentos, já são suficientes para garantir a nossa produção agrícola. É uma questão de conscientização. Boa parte dos grandes produtores do agro já entendeu essa necessidade. É uma questão de diálogo e conscientização, mas nós vamos fazer uma política agressiva de recuperação do meio ambiente, acredito que não vamos ter que fazer tanta aplicação de multas, tanta pressão. Aqueles que continuarem cometendo crime ambiental, automaticamente serão punidos, mas ao estabelecer a legislação, cumprir a legislação, nós já estaremos garantindo a recuperação do meio ambiente.

O plano fala em acabar com os lixões em Goiás. Qual é o prazo para isso e quanto custará?

Nós queremos fazer uma parceria com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), que de forma isolada faz parceria direto com os municípios, mas não conseguimos instalar os consórcios. Se não me engano, dois ou três consórcios de municípios para administrar os resíduos foram instalados. Com a presença do Estado, mesmo não sendo de competência do estado, mas dos municípios, mas quando fala em consórcio, em grupos de municípios que possam coletivamente gerenciar o seu próprio lixo, o Estado pode ser um instrumento importante, tanto na agilidade das licenças ambientais, quanto - jun-

to com a Funasa e com as prefeituras - para garantir estrutura necessária para o gerenciamento coletivo do lixo.

Como conciliar a expansão da mineração de terras raras com a proteção da Chapada dos Veadeiros e das comunidades tradicionais?

A exploração de terras raras acontecerá justamente nos lugares onde já tem jazidas descobertas, jazidas em andamento. A proteção da Chapada dos Veadeiros é intocável. Nós não vamos jamais desenvolver terras raras na Chapada dos Veadeiros. O estado de Goiás é rico em terras raras em várias regiões e nós vamos produzir terras raras e fazer um processo de atração de indústrias para industrialização naquelas regiões onde já tem perspectiva de atividade econômica, onde já tem inclusive licença ambiental. É bom ressaltar que a Agência Nacional de Mineração recebeu, de 2023 para cá, 1.690 novas licenças para pesquisa e exploração de terras raras, dessas quase mil são em Goiás. Existe um quantitativo enorme de jazidas que poderão ser trabalhadas. Isso é rápido, porque estamos vivendo um período de transição entre o combustível fóssil, petróleo e gasolina, para o carro elétrico. E o carro elétrico a cada dia que passa ele toma conta das nossas ruas. Nesse contexto, as terras raras passam a ser uma atividade econômica de forte desenvolvimento, forte lucratividade e rápido, vamos trabalhar nesse sentido, preservando, sim, 100% a Chapada dos Veadeiros.



Eleições 2026

Saúde é maior problema para 35% dos eleitores em Goiás

Planos de governo de candidatos focam em reduzir filas e regionalizar serviços; conselheiro aponta que atenção primária deveria ser prioridade

» Carla Borges

A saúde é a maior preocupação de 35% dos eleitores de Goiás. É o que revela pesquisa Genial Quaest realizada entre 24 e 28 de julho, e divulgada no dia 30 do mesmo mês. Ela repete uma tendência que vem de sondagens realizadas nas eleições de 2024, quando 40% apontaram a saúde como prioridade. A **Tribuna do Planalto** analisou as propostas para essa área específica nos planos de governo dos seis candidatos a governador registrados no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) e ouviu especialista para confrontar os projetos com a real necessidade dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

A regionalização da saúde é apontada como prioritária em praticamente todos os planos de governo dos candidatos, que apresentam outras semelhanças entre si. Políticas

voltadas para a redução de filas, por meio de uma regulação mais eficiente, também. A prevenção do agravamento de doenças, por meio da atenção básica, é citada, mas sem destaque. Mais obras também estão entre os planos dos governadoriáveis.

Propostas dissonantes aparecem no plano de Luis Cesar Bueno (PT): reestatização da rede estadual, passando a gestão dos hospitais públicos para o estado, em lugar das organizações sociais (OS) e realização de amplo concurso público, para pôr fim aos vínculos precários de trabalhadores. Wilder Moraes quer criar uma tabela estadual destinada a complementar os valores pagos pelo governo federal por procedimentos realizados. Luciana Amorim (UP) incluiu em seu plano de governo a distribuição de absorventes em unidades de saúde, escolas e presídios. Danilo Pinheiro (PCO) listou a volta do programa Mais Médicos. Daniel Vilela (MDB) e Mar-

coni Perillo (PSDB) apontam soluções digitais, entre outros compromissos (veja as principais propostas nesta página).

Prevenção

Integrante dos Conselhos Estadual e Municipal de Saúde como representante do segmento de usuários, Venerando Lemes de Jesus avalia que o principal flanco dessa política pública é o que menos recebe atenção, não só dos candidatos destas eleições, mas em ao longo dos anos: a atenção primária à saúde. “Temos um problema grave, sobretudo na Região Metropolitana de Goiânia, e venho alertando há tempos sobre isso”, diz o conselheiro. Ele diz que a cobertura de atenção básica em saúde em Goiânia é de pouco mais de 30% da população. “Os três maiores bairros da capital, Jardim América, Setor Pedro Ludovico e Jardim Novo Mundo, não têm unidade de saúde da família, e são bairros onde há muitas pessoas pobres, que dependem exclusivamente do SUS”, exemplifica.

Venerando explica que as ações de atenção primária incluem receber vacinas em tempo hábil, realizar consultas e disponibilizar medicamentos e exames. “Pacientes idosos, diabéticos, gestantes precisam dessa atenção, sob pena de o quadro clínico se agravar e precisarem de internação, de UTI”, pontua o conselheiro, para quem os governos têm o dever de olhar para as pessoas e oferecer esse cuidado. “Temos uma cobertura muito baixa e, com isso, aumentam as filas de pessoas indo para os serviços de urgência e emergência em decorrência do agravamento. Para conseguir consulta com um cardiologista, chega-se a esperar por dois anos. Depois da consulta, vêm seis, oito meses para um exame. Digo isso não por ouvir falar, mas por ver situações assim”, ressalta.

Em ortopedia, por exemplo, Venerando cita que 90% das pessoas atendidas no Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) com fratura e que precisam de cirurgia são mandadas para casa, para aguardar atendimento. “Já vi casos de pessoas que ficaram oito meses em casa aguardando e não são chamadas para a cirurgia”. Venerando observa ainda que a pandemia de Covid-19 agravou a desigualdade social, que já era muito acentuada em Goiás. Antes da pandemia, cerca de 70% dependiam apenas do SUS em Goiás; hoje são 80%. “Para com-

pletar, o governo Caiado privatizou o Ipasgo e o Imas, administrado pela Prefeitura de Goiânia, vai na mesma direção, o que significa mais pessoas no SUS”.

“Não há regionalização da saúde em Goiás”

Venerando Lemes de Jesus avalia que a tão mencionada regionalização da saúde em Goiás não é realidade. “O governo estadualizou alguns hospitais que eram municipais e diz que houve regionalização, mas isso não vai resolver, não há regionalização”, entende o conselheiro, que cita a Região Nordeste do Estado, onde há uma policlínica, em Posse. Já na Região Oeste, há duas policlínicas, mas o único hospital é filantrópico (São Pedro D’Alcântara, na cidade de Goiás).

Outro aspecto que deve ser considerado é o do financiamento da saúde. Venerando vê um avanço na iniciativa da Prefeitura de Goiânia, que está destinando verbas diretamente às unidades de saúde para a solução de pequenas demandas, mas pondera que é preciso avançar. Com as emendas impositivas, ele aponta que os parlamentares enviam recursos para investimentos (aquisição de veículos e obras, por exemplo) e não para custeio, que não dá visibilidade. “Essas emendas, da forma como vem acontecendo, estão promovendo um ‘desfinanciamento’ da saúde”, entende.

Saúde em foco

Veja as principais propostas dos planos de governo dos candidatos a Governador de Goiás

Daniel Vilela

- ✓ Ampliar a regionalização da saúde e a capacidade dos hospitais estaduais
- ✓ Expansão das policlínicas estaduais, com entrega de novas unidades e serviços especializados
- ✓ Fortalecer a atenção primária em cooperação com os municípios
- ✓ Aprimorar sistemas de regulação regional
- ✓ Expandir o uso de ferramentas digitais e telessaúde
- ✓ Fortalecer a Rede Estadual de Atenção Psicossocial e Reabilitação
- ✓ Fortalecer a Rede Estadual de Doação e Transplantes
- ✓ Aperfeiçoar e regionalizar a Rede Estadual de Combate ao Câncer

Danilo Pinheiro

- ✓ Mais verbas para a saúde pública
- ✓ Plano de emergência para construção de hospitais e postos de saúde em todo o País
- ✓ Volta do programa Mais Médicos e validação imediata de todos os diplomas de médicos brasileiros e estrangeiros residentes no País
- ✓ Abertura imediata de centenas de cursos de medicina e outros da área com livre acesso (sem vestibular)
- ✓ Piso salarial de R\$8 mil para os profissionais da saúde

Luciana Amorim

- ✓ Construção de Centros Regionais de Saúde de Especialização Médica
- ✓ Interiorização das unidades de pronto atendimento (UPA)
- ✓ Implementação de rede de centros de saúde da família em todo o estado
- ✓ Distribuição de absorventes nas unidades básicas de saúde, escolas e unidades prisionais
- ✓ Em defesa do SUS, pelo fim das organizações sociais na saúde do estado
- ✓ Garantir o acesso ao pré-natal de qualidade

Luis Cesar Bueno

- ✓ Reestatização da gestão estadual hospitalar, com transição planejada
- ✓ Concurso público amplo e regular, com revisão de distorções e fim da pejetização
- ✓ Universalização da cobertura da estratégia de saúde da família, fortalecimento da medicina de família e comunidade
- ✓ Usar a regionalização como ferramenta de equidade entre as diferentes regiões do estado
- ✓ Retomar obras paralisadas e na conclusão de unidades estratégicas
- ✓ Plano estadual de redução das filas de regulação, com transparência
- ✓ Plano estadual de expansão da rede de atenção psicossocial

Marconi Perillo

- ✓ Implantar uma política permanente para acabar com as filas e a espera prolongada para consultas, exames e cirurgias
- ✓ Fortalecer a rede regional de saúde para o atendimento na própria região
- ✓ Profunda reorganização da regulação estadual e regional, integrando consultas, exames, internações, cirurgias e demais procedimentos
- ✓ Ampliar o uso de telessaúde, teleconsultas, telelaudos e outras soluções digitais
- ✓ Fortalecer a prevenção e organizar linhas prioritárias de cuidado para os principais desafios de saúde da população
- ✓ Valorizar e qualificar os profissionais de saúde

Wilder Moraes

- ✓ Unificar as filas estaduais de consultas, exames, cirurgias e terapias
- ✓ Implantar a regra Data na Guia: o encaminhamento regulado terá prazo de referência, canal de acompanhamento e alternativa assistencial quando houver atraso relevante
- ✓ Criar uma tabela estadual que complementa os valores federais para pagar pelo procedimento realizado
- ✓ Criar política regional de fixação e formação em serviço para médico, enfermagem e demais profissionais nas especialidades em falta no interior
- ✓ Organizar caminhos completos, com prazo entre etapas, para câncer, saúde da mulher, gestação e parto, autismo, saúde mental, reabilitação, doenças raras e saúde bucal

Eleições 2026

A oposição em disputa

Marconi, Wilder e Luis Cesar enfrentam desafios distintos para transformar a vantagem de Daniel Vilela numa disputa efetivamente aberta pelo Governo de Goiás

» Domingos Ketelbey

O governador Daniel Vilela escolheu o medo como provocação. No estacionamento do Serra Dourada, durante o adesivagem que marcou o início de sua campanha de rua em Goiânia, na última terça-feira (18), o emedebista disse enxergar pouca reação de quem pretende tirá-lo do Palácio das Esmeraldas. A fala devolveu uma provocação feita dias antes, quando Marconi Perillo havia usado a mesma palavra para questionar a ausência de Daniel no primeiro debate eleitoral.

Em pouco mais de uma semana, governo e oposição passaram a disputar até o direito de dizer quem está com receio de quem.

Por trás da troca de acusações existe uma questão mais importante. A campanha começou, Daniel largou na frente e seus três principais adversários enfrentam problemas diferentes para transformar a eleição numa disputa aberta.

Marconi precisa provar que ainda é a principal referência da oposição. Wilder Moraes tenta demonstrar que já tomou esse lugar. Luis Cesar Bueno enfrenta uma etapa anterior: provar que a candidatura do PT será competitiva e não apenas um palanque estadual para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Marconi precisa provar que ainda é

Por quase duas décadas, governo e oposição em Goiás foram conceitos organizados ao redor de Marconi. Primeiro como governador e principal liderança do grupo que controlou o Palácio das Esmeraldas. Depois, com a vi-



tória de Ronaldo Caiado em 2018, como referência mais conhecida do campo derrotado.

O tempo alterou essa configuração. Marconi perdeu duas eleições consecutivas para o Senado, viu antigos aliados migrarem para Caiado e assistiu ao PSDB perder prefeitos, deputados e parte da estrutura acumulada durante seus governos. Em 2026, voltou ao interior, recuperou o discurso de comparação entre gestões e tenta reconstruir uma candidatura a partir das marcas deixadas pelos quatro mandatos.

Ainda possui uma vantagem sobre os demais oposicionistas: não precisa ser apresentado como adversário do grupo governista. Carrega também o preço disso.

A Paraná Pesquisas divulgada nesta semana colocou Marconi em segundo lugar, com 24,9% das intenções de voto. Daniel apareceu com 45,8%. O mesmo levantamento mostrou uma dificuldade adicional para o tucano: 40,8% dos entrevistados disseram que não votariam nele de jeito nenhum.

A fotografia coloca Marconi à frente na disputa pela segunda posição, mas expõe



seu limite mais evidente. Ser reconhecido como oposição não significa necessariamente ser aceito novamente como alternativa. O desafio não é apenas recordar o que fez. É convencer o eleitor de que os quatro governos constituem uma razão para voltar, e não parte de um ciclo encerrado.

Wilder precisa provar que já é

O problema de Wilder é quase o inverso. O senador tem o PL, um mandato, recursos partidários e uma identidade conservadora alimentada pelo bolsonarismo. Derrotou Marconi para o Senado em 2022 e tenta repetir a ultrapassagem em uma disputa diferente.

Só que uma eleição para governador exige mais. Wilder precisa transformar a força nacional da legenda numa candidatura estadual. O voto em Flávio Bolsonaro não se transfere automaticamente para o candidato ao governo, assim como a identificação com o número 22 não resolve questões de saúde, educação, estradas ou desenvolvimento regional.

Para ocupar a liderança da oposição, o senador precisa ser reconhecido por algo



além do campo político ao qual pertence. E nem isso tem conquistado, haja vista, a perda de apoios relevantes como o caso do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa, que vai caminhar com Daniel Vilela.

E há pesquisa indicando que a ultrapassagem é possível. Quatro dias antes do levantamento da Paraná Pesquisas, o Goiás Pesquisas/Mais Goiás apresentou outra fotografia. Wilder tinha 18,9% e Marconi, 18,8%. Um décimo separava os dois. Daniel liderava com 37,2%.

Os levantamentos possuem metodologias próprias e não formam uma mesma série. Politicamente, porém, a divergência revela que a hierarquia entre tucanos e bolsonaristas ainda não está estabilizada. Em uma pesquisa, Marconi abre vantagem. Na outra, Wilder aparece numericamente à frente.

E o PT precisa provar que está no jogo

Luis Cesar Bueno enfrenta outra eleição. O candidato do PT não disputa, por enquanto, a segunda colocação com Marconi e Wilder. Na Paraná Pesquisas, aparece

com 2,3%. No cenário espontâneo, quando o entrevistador não apresenta os nomes, é citado por 0,6%.

Os números colocam uma pergunta incômoda para o partido: Luis será efetivamente candidato ao Governo de Goiás ou funcionará principalmente como instrumento para oferecer um palanque a Lula no Estado?

A dúvida acompanha sua candidatura desde antes da convenção. A direção estadual escolheu Luis Cesar, mas a própria cúpula nacional buscou alternativas consideradas mais competitivas. Lula chegou a defender a entrada de Adriana Accorsi na disputa. A deputada recusou e manteve o projeto de reeleição à Câmara. Somente depois desse processo o PT chegou à candidatura que está hoje nas ruas.

O partido decidiu transformar a defesa do governo Lula e a concentração do voto progressista em eixos da campanha estadual. O raciocínio tem lógica, mas esbarra numa questão conhecida: voto presidencial não é automaticamente voto para governador. Luis César precisa construir uma candidatura que sobreviva quando Lula não estiver na frase.

Tem a seu favor um campo político que não é ocupado da mesma forma por Daniel, Marconi ou Wilder e uma frente partidária organizada em torno da reeleição presidencial. A dificuldade é transformar essa identidade numérica e ideológica em voto para o Palácio das Esmeraldas.

Se não conseguir, poderá passar a campanha falando para um eleitor já convencido sobre Lula sem convencê-lo a votar também no candidato do PT ao governo. É a diferença entre ter um palanque e ter uma candidatura.

O problema das oposições

As três candidaturas criam dificuldades distintas para Daniel

Marconi é o adversário com maior recall e melhor posição nas pesquisas, mas também carrega a maior rejeição. Wilder possui uma base conservadora menos resistente ao seu nome, mas

ainda não consolidou a força do PL numa candidatura estadual. Luis Cesar tem a possibilidade de mobilizar o eleitor petista, mas parte de um patamar muito inferior aos demais.

Eles também competem em terrenos diferentes.

Marconi procura fazer oposição pela comparação entre governos. Wilder trabalha principalmente a

identidade política e ideológica. Luis Cesar tenta organizar o contraponto pela esquerda e associar a eleição estadual ao projeto nacional de Lula.

Essa divisão interessa ao governador. Quanto mais

fragmentados estiverem os votos contrários à continuidade do grupo caiadista, mais difícil será para um adversário transformar a campanha num plebiscito entre Daniel e uma única alternativa.

Eleições 2026

Eleitores indecisos aparecem em grande quantidade nas pesquisas e podem mudar cenários

Sem identidade fixa com grupos políticos, quem não sabe em quem votar ainda pode determinar mudanças significativas a nível nacional, além da realização de segundo turno e a segunda vaga ao Senado em Goiás

» Carlos Nathan Sampaio

Em uma eleição marcada por identidades políticas fortes e a polarização que já acompanha o brasileiro há décadas, há uma parcela do eleitorado que não se considera de esquerda ou de direita, não se define como bolsonarista, petista ou ligada a qualquer outro grupo e ainda não sabe em quem votar. Esse eleitor independente não forma necessariamente um bloco com ideias comuns. Reúne pessoas desinteressadas, pouco informadas sobre as candidaturas, insatisfeitas com as opções ou dispostas a decidir somente depois de debates, propaganda, propostas e acontecimentos da campanha. No Brasil e em Goiás, esse grupo pode não ser suficiente para inverter algumas lideranças, mas tem potencial para alterar o caminho da eleição.

Pesquisa Quaest encomendada pela TV Globo mostra o tamanho da indefinição nacional. No levantamento espontâneo, quando nenhum nome é apresentado, 51% ainda não tinham candidato à Presidência. Se fossem tratados como uma candidatura, os indecisos apareceriam na terceira colocação. Na pesquisa estimulada, porém, o índice caía para 10%. Foram ouvidas 2.004 pessoas entre 10 e 13 de agosto, com margem de

erro de dois pontos percentuais. O levantamento foi registrado no TSE. Outros levantamentos recentes apontaram fenômeno semelhante: o Gerp encontrou 28% sem definição na espontânea, enquanto a CNT/MDA registrou 31%.

A diferença entre as duas formas de perguntar ajuda a compreender o estágio da disputa. Para o cientista político Guilherme Carvalho, a eleição nacional recebe atenção durante mais tempo, porque mobiliza debate ideológico e maior consumo de informação. Nas disputas estaduais e legislativas, conhecer candidatos exige esforço adicional. Quando vê a lista, o eleitor identifica figuras conhecidas e escolhe por lembrança ou rejeição. “Ele tem um atalho informacional, mas isso não quer dizer que é um voto consolidado”, explica. Segundo ele, os números ainda devem mudar ao longo da campanha.

A decoradora Cristina Sousa, de 49 anos, representa parte desse eleitorado que muita gente conhece bem. Ela não acompanha política regularmente e costuma definir o voto perto da eleição, influenciada por pessoas próximas. “Eu não ligo para política, não entendo e acabo votando em cima da hora por vários motivos: ou por influência do marido, ou dos filhos, ou mesmo de amigos, alguns que têm amigos candidatos”, re-

lata. Cristina reconhece o peso da decisão, mas diz que a rotina dificulta a busca por informações: “Eu sei da importância, mas não consigo usar tempo de qualidade para me envolver melhor em assuntos de política”.

Esse comportamento ajuda a explicar por que presidente e governador costumam receber escolhas mais refletidas, enquanto deputados e senadores acabam selecionados com menor critério. Os cargos legislativos disputam atenção com chapas extensas e, neste ano, o eleitor terá seis votos: deputado federal, deputado estadual, dois senadores, governador e presidente. Sem pesquisa prévia, aumentam o peso do nome conhecido, da indicação familiar, das redes sociais, de lideranças locais e das “dobradinhas” entre candidatos.

Em Goiás, a Paraná Pesquisas divulgada na última terça-feira, 18 de agosto, mostra como a indefinição pode produzir efeitos diferentes. Na disputa pelo governo, Daniel Vilela tem 45,8%, Marconi Perillo, 24,9%, e Wilder Moraes, 13,2%. Outros 4,8% não souberam ou não opinaram, e 6,9% escolheram nenhuma candidatura, branco ou nulo. Juntos, esses dois grupos somam 11,7%, menos que a vantagem de 20,9 pontos de Daniel sobre Marconi. Mesmo uma migração integral para o segundo colocado não retiraria a liderança



Eu sei da importância, mas não consigo usar tempo de qualidade para me envolver melhor em assuntos de política.

Cristina Sousa, decoradora, de 49 anos

do governador.

Isso não significa primeiro turno decidido. Excluídos brancos, nulos e indecisos, Daniel tem aproximadamente 51,9% dos votos válidos. Se cerca de 3,3 pontos dos indecisos passassem para adversários, sem novos votos para ele, o governador ficaria no limite de 50%. A margem de erro de 2,8 pontos reforça a cautela. O instituto ouviu presencialmente 1.240 eleitores de 61 municípios entre 14 e 17 de agosto, com nível de confiança de 95%.

Guilherme Carvalho pondera que a dificuldade de uma vitória imediata não decorre apenas da indefinição. “É muito difícil ele vencer em primeiro turno pela grande fragmentação de candidaturas competitivas”, avalia. O cientista cita as candidaturas ligadas ao PT e ao PL, além do alto recall de Marconi. Para ele, a distribuição de votos entre adversários torna o primeiro turno mais difícil, enquanto as alianças posteriores podem criar outro cenário em eventual confronto direto.

O Senado apresenta incerteza ainda maior. Como cada eleitor pode escolher dois nomes, os percentuais não podem ser redistribuídos como na disputa pelo governo. Gracinha Caiado lidera com 41%, seguida por Gustavo Gayer, com 27,1%; Vanderlan Cardoso tem 21,4%, Zacharias Calil, 19,5%, e Gustavo Mendanha, 16,3%. Os 7,1% que não sabem ou não opina-

ram são suficientes, numericamente, para superar a diferença de 5,7 pontos entre Vanderlan e Gayer. Outros 8,6% indicaram nenhum, branco ou nulo.

Na espontânea, 76% não citaram candidato ao Senado, sinal de que o voto está longe de ser consolidado. “A corrida pelo segundo voto talvez seja a disputa mais indefinida que nós vamos ter”, afirma Carvalho. Segundo ele, o senador costuma ser o último nome escolhido, e a existência de duas vagas aumenta o custo de buscar informação. Gracinha se beneficia do sobrenome e da associação com o ex-governador Ronaldo Caiado; Gayer pode atrair pelo fator ideológico, enquanto Vanderlan conta com a visibilidade de quem já ocupa o cargo.

Também é necessário separar indecisos de eleitores que declaram branco, nulo ou nenhuma opção. O primeiro grupo ainda não escolheu ou prefere não revelar. O segundo manifesta rejeição aos nomes disponíveis, embora possa mudar. “Pode ser o eleitor que ainda vai se definir”, diz Carvalho, mas acrescenta que grande parte tende a manter o voto inválido ou a se abster por não se sentir representada. Por isso, esses percentuais não constituem um estoque automaticamente transferível a qualquer candidatura.

Até o primeiro domingo de outubro, dia 4, debates, propaganda eleitoral, desempenho econômico, propostas para problemas concretos, apoios, crises, denúncias e erros de campanha podem reorganizar preferências. Conversas com familiares e amigos também pesam para quem acompanha pouco a disputa, como mostra Cristina. No quadro atual, o eleitor independente dificilmente apaga sozinho vantagens amplas, mas pode retirar votos suficientes para provocar segundo turno, decidir quem avançará e definir a segunda cadeira de Goiás no Senado. Sua força estará menos numa identidade comum e mais no momento, no critério e no destino de uma escolha ainda aberta.



Urna eletrônica usada para computar os votos dos eleitores

Foto: Divulgação/TSE

Eleições 2026

Candidatos desenharam mapa da disputa na primeira semana de campanha

Agendas mostram quais regiões de Goiás viraram prioridade na largada da corrida pelo Palácio das Esmeraldas

» Lucas de Godoi

A primeira semana oficial de campanha ao Governo de Goiás já deixou algumas pistas sobre como Daniel Vilela (MDB), Marconi Perillo (PSDB) e Wilder Moraes (PL) pretendem ocupar o Estado até outubro. Daniel colocou a base governista na estrada e concentrou a largada em carreatas pelo interior. Marconi, depois de uma pré-campanha de circulação pelos municípios, passou mais tempo em Goiânia, entre sabatinas, reuniões e encontros com segmentos. Wilder dividiu o roteiro entre capital e interior, com presença recorrente em ambientes ligados ao eleitorado conservador e em atos de candidatos do PL.

As agendas ainda são um retrato inicial da disputa, mas ajudam a identificar onde cada candidatura resolveu gastar tempo, estrutura e capital político nos primeiros dias. A tendência é de que, passados os primeiros dias, as candidaturas apostem em cobrir todo o Estado com atividades programadas por candidatos e lideranças apoiadoras.

Daniel põe a base na rua

Daniel fez a largada mais intensiva pelo interior em uma agenda grande que começou no domingo (16) pelo Entorno do Distrito Federal, ao lado de Ronaldo Caiado, e depois levou a campanha para outras regiões do Estado.

Na quarta-feira (19), foram cinco carreatas em sequência por Itaguaru, Uruana, Carmo do Rio Verde, Ceres e Rialma. No dia seguinte,

passou por Abadia de Goiás, Guapó e Aragoiânia antes de um adesivo em Aparecida de Goiânia. Nesta sexta-feira (21), o roteiro chega a Piracanjuba, Rio Quente e Caldas Novas.

É uma campanha montada, nesta largada, para fazer aparecer a musculatura municipal da aliança gover-

transformar a eleição em um confronto entre continuidade e mudança.

Marconi troca estrada por articulação

Marconi começou a campanha em Rio Verde e Goianésia, mas a maior parte da primeira semana foi cumprida em Goiânia. Depois de

dicato dos Delegados de Polícia, Polo Comercial e Sicoob, além de reuniões com representantes da cultura e lideranças do interior e do Entorno.

O movimento mostra uma mudança de fase na campanha de Marconi já que, conhecido em todo o Estado e depois de usar os meses anteriores para refazer contato

Anápolis, Niquelândia e Muquém, na Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, além de Firminópolis, Rio Verde e Montividiu. Em Goiânia, fez uma espécie de comício itinerante ao lado da vice Ana Paula Rezende.

O roteiro alternou cidades do interior com compromissos em Goiânia e atos



Daniel aposta em carreatas, Marconi em articulações e Wilder na presença do PL pelo interior

nista. Prefeitos, vereadores, candidatos proporcionais e lideranças locais entram no mesmo circuito da chapa majoritária e permitem que Daniel percorra vários municípios em poucas horas.

O discurso acompanha a estratégia, ao passo que o governador tem recorrido aos resultados das gestões de Caiado e de sua atual administração para defender que o futuro de Goiás está em jogo e insistir que o Estado não pode “voltar para trás”. A campanha procura, assim,

percorrer intensamente o interior durante a pré-campanha, o tucano reduziu o ritmo das viagens e abriu espaço para sabatinas, gravações, reuniões sobre o plano de governo e encontros com lideranças.

A terça-feira (18) foi a principal exceção, com passagens por Abadia de Goiás, Aragoiânia, Varjão, Cezarina e Guapó. Nos demais dias, a agenda ficou concentrada na capital, incluindo visitas ao Camelódromo, Conselho Regional de Contabilidade, Sin-

com as bases, o ex-governador passou a dedicar mais espaço à exposição pública e à articulação política. Ao mesmo tempo, tenta recolocar suas quatro gestões no Palácio das Esmeraldas na comparação eleitoral com o atual grupo governista.

Wilder espalha agenda e reforça o PL

Wilder iniciou a campanha em Taquaral, sua cidade natal, e desde então distribuiu compromissos por diferentes regiões. Esteve em

ligados aos candidatos proporcionais do partido. Em Anápolis, por exemplo, Wilder combinou entrevista à Record com participação no lançamento de candidatura a deputado estadual. Na capital, a vice Ana Paula Rezende tem cumprido agendas de rua.

Diferentemente de Daniel, que abre a campanha exibindo a amplitude de sua aliança, Wilder trabalha para manter a candidatura identificada diretamente com o campo bolsonarista e com a estrutura do PL.

PT divide agenda entre Lula, mídia e militância

Fora do eixo formado pelas candidaturas que concentraram maior número de carreatas e viagens pelo Estado, Luis Cesar Bueno começou a campanha em ritmo próprio. Depois de participar do evento de lançamento da candidatura de Lula à Presidência no dia 16, em São Paulo, o petista ainda não teve um grande evento de mobilização.

Luis Cesar dedicou parte relevante da semana a entrevistas, sabatinas e gravações de programas eleitorais. Na quarta-feira (19), fez sua principal incursão pelo interior, com compromissos em Professor Jamil, Panamá e Itumbiara, onde se reuniu com empresários, candidatos e lideranças políticas. Na quinta, voltou à região

metropolitana para caminhada em Aparecida de Goiânia com Adriana Accorsi, bandeira da juventude na Praça Universitária e lançamento coletivo de candidaturas negras.

UP vai no corpo a corpo

Luciana Amorim tem cumprido uma agenda menor e mais concentrada no conta-

to direto com eleitores. Na segunda-feira (17), participou de sabatina no jornal A Redação e fez panfletagens nos câmpus Samambaia e Colemar Natal e Silva da UFG, na Cargill, na Praça do Bandeirante e na UEG de Anápolis.

Na quarta-feira (19), além de entrevista à Rádio Difusora, a programação da

Unidade Popular incluiu plenárias de apresentação do partido em Goiânia e Anápolis e uma atividade online direcionada ao interior.

Sem a mesma estrutura, UP começou a disputa por universidades, locais de trabalho e espaços públicos, combinando pedido de voto com mobilização da própria militância.

Eleições 2026

Mabel quer fazer Goiânia repetir papel de 2022

Com um em cada cinco eleitores de Goiás, capital volta ao protagonismo da disputa e prefeito mobiliza sua força política para Daniel manter vantagem conquistada por Caiado

» Lucas de Godoi

O prefeito Sandro Mabel (União Brasil) começou a mobilizar sua rede política em favor de Daniel Vilela (MDB) justamente no maior colégio eleitoral de Goiás. Com 1.016.176 eleitores, Goiânia reúne praticamente 20% dos votos do Estado e foi peça importante na reeleição de Ronaldo Caiado em 2022, quando a força do MDB de Daniel se somou ao apoio do então prefeito Rogério Cruz para quebrar a velha resistência da capital ao “governador da vez”.

Na última eleição, Caiado, então governador e candidato à reeleição, recebeu 332.769

votos em Goiânia, 43,6% dos válidos, contra 237.899 de Gustavo Mendanha, 31,17%. No Estado, foi reeleito no primeiro turno com 1.806.892 votos, ou 51,81%.

A vitória na capital veio acompanhada de uma mudança importante no arranjo político de Caiado. Adversário de Daniel Vilela na eleição de 2018, o governador chegou a 2022 com o MDB incorporado à chapa e o próprio presidente estadual da legenda como candidato a vice. A aliança levou para o palanque uma militância construída durante décadas na capital.

Ao mesmo tempo, o então prefeito Rogério Cruz entrou de corpo inteiro na campanha e conduziu a maior parte do Republicanos para o apoio ao governador, em meio a uma

disputa interna na legenda que se aproximava de Gustavo Mendanha, à época na oposição.

O movimento foi reconhecido publicamente pelo governador. “Prefeito Rogério Cruz, essa sua liderança no

dia de hoje mostra para Goiás e o Brasil que quem tem voto na legenda está aqui do nosso lado”, afirmou Caiado em junho de 2022, durante ato com integrantes do Republicanos.

A Prefeitura, naturalmente, não explica sozinha o resultado, mas somou estrutura e mobilização justamente na cidade em que candidatos governistas historicamente encontravam mais resistência.

Mabel entra no jogo

Quatro anos depois, é Mabel quem ocupa o Paço Municipal e começa a desempenhar um papel forte no apoio à candidatura governista. Nesta primeira semana de campanha, o prefeito entrou na mobilização de Daniel em

Goiânia e levou auxiliares para o adesivagem realizado no Serra Dourada. Ainda na pré-campanha, em entrevista à Tribuna do Planalto, já havia antecipado que participaria diretamente das campanhas de aliados que ajudaram sua gestão.

“A gente tem uma força política e vamos utilizar essa força política que nós temos para ajudar quem nos ajuda”, afirmou. Na mesma entrevista, disse que pretende “andar, fazer reuniões” e colocar parte de seu pessoal para ajudar a viabilizar candidatos com os quais assumiu compromissos.

A diferença em relação a 2022 é que Daniel não precisa receber a estrutura do MDB: ela já é sua. Mabel acrescenta ao palanque a Prefeitura, uma base expressiva na Câmara e uma rede de relações com deputados estaduais, federais e lideranças de diferentes partidos construída desde que assumiu o cargo.

Mabel sabe que não há transferência automática de votos de prefeito para governador, sobretudo em Goiânia, onde o eleitor já contrariou muitas vezes a lógica dos palanques. Mas ele aposta na capacidade de mobilização, presença territorial e influência sobre uma rede política que disputa voto todos os dias na capital.



Foto: Silvano Vital

Objetivo do prefeito da capital é manter dianteira governista no pleito deste ano



CADA NOVO INCÊNDIO
FLORESTAL DESTRÓI UM
POUCO MAIS O CERRADO
E QUEM VIVE NELE.



Estado de
GOIÁS

Eleições 2026

Principal prefeito do PL,

Márcio Corrêa declara apoio a Daniel Vilela

Decisão de Márcio Corrêa impõe derrota a Wilder e reforça palanque do MDB no terceiro maior colégio eleitoral de Goiás

» Da Redação

O governador e candidato à reeleição Daniel Vilela (MDB) terá um novo reforço político em sua campanha. Prefeito de Anápolis e principal gestor municipal do PL em Goiás, Márcio Corrêa oficializou apoio ao emedebista neste sábado (22/8), durante a inauguração do comitê do deputado estadual Amilton Filho (MDB). A adesão ocorre mesmo com o partido de Márcio tendo o senador Wilder Moraes como candidato ao Palácio das Esmeraldas.

O apoio tem peso eleitoral por partir do prefeito da terceira maior cidade de Goiás

e amplia a presença da campanha governista nos principais centros urbanos. Daniel já conta com Sandro Mabel (União Brasil), prefeito de Goiânia, e Leandro Vilela (MDB), de Aparecida de Goiânia. Com Márcio, passa a reunir os ges-

tores dos três maiores colégios eleitorais do Estado em torno de sua candidatura.

Além de Daniel, Márcio anunciará apoio à candidatura da ex-primeira-dama Gracinha Caiado (União Brasil) ao Senado. Para a segunda



Daniel Vilela e Márcio Corrêa: apoio tem peso eleitoral



vaga, seguirá com o deputado federal Gustavo Gayer (PL), correligionário de quem já participa da campanha.

A adesão do prefeito de Anápolis é mais um movimento de lideranças ligadas à oposição em direção à campanha de Daniel. Nesta semana, a vice-prefeita de Rialma, Vera Lúcia (PL), participou de carreta com o emedebista, e Rodrigo Rizzo, ex-presidente da Juventude do

PSDB, também declarou apoio à reeleição do governador.

O grupo governista ainda recebeu prefeitos que deixaram o PL, como Jacó Rotta, de Cabeceiras; Simone Ribeiro, de Formosa; Jerônimo Siqueira, de São Miguel do Araguaia; Luiz Otávio, de Cristalina; e Carlos do Mangão, de Novo Gama. Em Sanclerlândia, Zé Gordo (PSDB) também anunciou apoio a Daniel.

Daniel Vilela mobiliza Aparecida de Goiânia em grande adesivação de campanha

O governador e candidato à reeleição pela coligação Pra Goiás Seguir em Frente, Daniel Vilela (MDB), promoveu nesta quinta-feira (20/8) um adesivação que mobilizou milhares de pessoas em Aparecida de Goiânia. Realizado em frente ao Aparecida Shopping, o evento reuniu militantes, apoiadores e lideranças políticas da Região Metropolitana e adesivou mais de mil veículos. A grande adesão popular demonstrou a força do governador no município que é o segundo maior colégio eleitoral de Goiás.

Durante o evento, Daniel destacou a importância da mobilização na cidade e a receptividade da população. “Estou profundamente emocionado em poder chegar em Aparecida, pela primeira vez na campanha, e ser recebido dessa forma tão especial”, agradeceu o governador.

Em seu discurso, o emedebista ressaltou que está pronto para dar continuidade aos avanços promovidos em Aparecida e em todo o estado. “Me sinto muito preparado. Fui vereador, fui deputado estadual, fui deputado federal,

tive o privilégio da convivência com aquele que transformou essa cidade, meu saudoso pai Maguito Vilela, que é minha grande referência. Tive o privilégio da convivência com Iris Rezende, um dos maiores líderes políticos desse estado e do nosso país e de viver ao lado do governador Caiado nesses últimos anos”.

Na sequência, o governador afirmou que a experiência acumulada ao longo dos anos o tornou grande conhecedor do estado, das dificuldades e potenciais de cada

cidade. “Conheço cada vereador, cada prefeito, cada liderança dos municípios goianos. Portanto, com esse time aqui, eu não tenho receio nenhum de que nós vamos continuar fazendo de Goiás o melhor governo do Brasil”, frisou.

Prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela (MDB), ressaltou a importância da participação da cidade na campanha da base aliada. “Aqui, é o início da caminhada, da vitória do 15, da vitória do Daniel Vilela, do Caiado, da vitória de Aparecida. E é

com vocês, é com essa militância aguerrida que nós vamos, se Deus quiser, vencer as eleições do primeiro turno”, destacou.

A candidata ao Senado Gracinha Caiado ressaltou que “se Caiado foi um grande governador, Daniel Vilela será ainda melhor porque andou ao seu lado nesses quatro anos”. “O povo o recebe com coração, com abraço, com beijo, porque Daniel, nesses poucos meses de governo, já mostrou que se Ronaldo fez bem, com ele Goiás vai avançar muito mais”.

Este foi o segundo adesivação promovido pela campanha de Daniel. A primeira grande mobilização ocorreu na terça-feira (18/8), no Estádio Serra Dourada, em Goiânia, marcando o início das atividades de campanha na capital. Assim como em campanhas anteriores do MDB, o adesivação repetiu a fórmula de sucesso para apresentar a identidade visual da candidatura e mobilizar apoiadores para as atividades de rua.

Grande Goiânia

A agenda de campanha do governador mobilizou a Região Metropolitana de Goiânia ao longo de todo o dia. Com carreatas que reuniram mais de 600 veículos em Abadia de Goiás, Guaporé e Aragoiânia, Daniel liderou a militância e recebeu manifestações de apoio por onde passou. Prefeitos da região e candidatos a deputado acompanharam as atividades nos três municípios e também participaram do adesivação em Aparecida de Goiânia, finalizando a agenda de rua com grande apoio político e popular.



Agenda em Aparecida de Goiânia foi o segundo adesivação promovido pela campanha de Daniel

Cidadania

Prefeitura de Goiânia fortalece ações preventivas e educativas da Rede de Proteção à Mulher

Trabalho inclui acolhimento, atendimento especializado, prevenção, orientação e encaminhamento. Mulheres contam com diferentes canais para denunciar situações de violência e buscar proteção

» Da Redação

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (Semasdh), mantém uma rede de serviços voltada à proteção, acolhimento, orientação e garantia de direitos das mulheres. A atuação consiste em ações de prevenção à violência, atendimento especializado, acompanhamento e encaminhamento para os serviços da rede pública, de acordo com as necessidades de cada mulher.

A Rede de Proteção à Mulher é um dos principais instrumentos do município para oferecer suporte em situação de violência ou vulnerabilidade. O atendimento busca proporcionar escuta qualificada, acolhimento humanizado e orientação sobre direitos e sobre os caminhos disponíveis para

acesso à proteção e aos serviços públicos. O trabalho da Semasdh envolve diferentes frentes de atuação, desde ações preventivas e educativas até o atendimento de mulheres que vivenciam situações de violência.

Prevenção da violência

A secretaria tem diversas frentes de atuação para fortalecer políticas públicas permanente de proteção, autonomia e cidadania feminina:

- Cine Mulheres utiliza filmes, documentários e curtas-metragens para promover informação, reflexão e debates sobre temas relacionados às mulheres.
- Mulher em Movimento oferece cursos, oficinas e capacitações que contribuem para a qualificação e a autonomia das participantes.
- Florescer Mulher promove acolhimento e cuidado, incluindo a entrega de perucas para

mulheres acometidas por câncer ou alopecia, contribuindo para a autoestima e o bem-estar.

- Vozes em Diálogo promove rodas de conversa, escuta e orientação sobre direitos, prevenção da violência, cidadania e acesso às políticas públicas.

A pasta também realiza campanhas educativas, ações itinerantes, mutirões, palestras, conferências e capacitações para levar informação para diferentes espaços e públicos de Goiânia, além de participar da construção do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.

Atendimento individualizado

Cada mulher possui uma história e uma necessidade diferente. Por isso, o atendimento da rede busca compreender a situação apresentada e oferecer a orientação adequada. A partir da escuta, podem ser realizados encaminhamentos para serviços de assistên-



Prefeitura de Goiânia promove roda de conversa com a comunidade Warao para ampliar o acesso à informação, aos direitos e à Rede de Proteção à Mulher durante o Agosto Lilás

cia social, saúde, segurança pública, orientação jurídica e demais equipamentos da rede de proteção.

A integração entre os serviços é fundamental para garantir que a mulher receba orientação e acompanhamento conforme a necessidade apresentada. A atuação contempla ações voltadas à autonomia e à garantia de direitos, contribuindo para que as mulheres tenham acesso às políticas públicas e possam fortalecer sua independência e sua capacidade de tomar decisões sobre a própria vida.

Como denunciar

Em casos de violência, é importante buscar ajuda e utilizar os canais oficiais disponíveis. A denúncia pode ser feita mesmo quando a mulher ainda não se sente preparada para registrar uma ocorrência policial, buscando inicialmente orientação sobre seus direitos e sobre os serviços de proteção.

- O Ligue 180 é a Central de Atendimento à Mulher. O servi-

ço é gratuito e oferece orientação sobre direitos, informações sobre os serviços disponíveis e recebe denúncias de violência contra as mulheres.

- Em situações de emergência ou risco imediato, a orientação é acionar a Polícia Militar pelo telefone 190.
- Em Goiânia, a Guarda Civil Metropolitana (GCM) pode ser acionada pelo 153. O município também disponibiliza o Disque-Denúncia 181 para denúncias de crimes.
- As mulheres também podem procurar presencialmente uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) para registrar ocorrência e buscar as providências previstas em lei. Caso não exista uma DEAM disponível, a ocorrência também pode ser registrada em outras unidades da Polícia Civil.
- Além dos canais de segurança e denúncia, a mulher pode procurar os serviços da Rede de Proteção à Mulher, onde poderá receber acolhimento, orientação, atendimento e encaminhamento para os serviços adequados.

Semasdh promove roda de conversa sobre violência contra a mulher com comunidade indígena migrante Warao

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Assistência Social e Direitos Humanos (Semasdh), promoveu, na quarta-feira (19/8), uma roda de conversa com integrantes da comunidade indígena migrante Warao, formada por migrantes venezuelanos. O mês Agosto Lilás é dedicado à conscientização, prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres.

O encontro reuniu cerca de 40 integrantes da comunidade, entre mulheres, homens, crianças e adolescentes, na sede da Semasdh. A iniciativa teve como objetivo ampliar o acesso das mulheres indígenas migrantes à informação, aos direitos e aos serviços que integram a rede brasileira de proteção às mulheres em situação de violência.



Prefeitura de Goiânia fortalece a Rede de Proteção à Mulher com acolhimento, orientação, atendimento e canais de denúncia para garantir direitos e ampliar a proteção

Durante a roda de conversa, foram abordados os diferentes tipos de violência previstos na legislação, incluindo violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A atividade também buscou apresentar situações que podem ocorrer no cotidiano familiar

e comunitário, contribuindo para que os participantes reconheçam sinais de violência e saibam onde procurar ajuda.

As mulheres receberam orientações sobre os caminhos para buscar atendimento e proteção em Goiânia, com informações sobre canais de

denúncia, delegacias especializadas, serviços de saúde, assistência social, acolhimento institucional e demais equipamentos da rede de proteção. A proposta foi aproximar os serviços públicos da comunidade e facilitar o acesso às políticas públicas.

O Centro de Saúde da Família do Norte Ferroviário também participou da ação, oferecendo orientações relacionadas à saúde e ao acesso da comunidade aos serviços da rede municipal.

A realização da roda de conversa considerou as especificidades vivenciadas pela comunidade Warao no contexto migratório. Barreiras linguísticas, culturais, documentais e de acesso à informação podem dificultar o reconhecimento de situações de violência e a bus-

ca por atendimento. Por isso, aproximar os serviços públicos da comunidade é uma estratégia importante para ampliar o acesso aos direitos.

A atividade integra a programação do Agosto Lilás, período dedicado à conscientização e ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Ao longo do mês, a Prefeitura de Goiânia, por meio da Semasdh, desenvolve ações educativas, rodas de conversa, orientações e atividades de mobilização para ampliar o conhecimento sobre os direitos das mulheres e os caminhos para buscar proteção, garantir que informação, acolhimento e acesso aos direitos cheguem também às comunidades migrantes e indígenas, fortalecendo a proteção social e o enfrentamento à violência contra as mulheres.

ESCOLA

Candidatos ao governo de Goiás apresentam caminhos diferentes para a educação

Melhora nos indicadores educacionais coloca novos desafios no centro da disputa, enquanto candidatos apostam em diferentes estratégias para professores, escolas, inclusão e formação profissional

» Dhayane Marques

Goiás chega às eleições de 2026 com resultados históricos no Ideb, mas sem repetir a liderança nacional alcançada em 2023. Embora os índices tenham avançado nos anos iniciais e finais, o ensino médio permaneceu em 4,8. Mais do que disputar posições em um ranking, o desafio é garantir que os indicadores estejam a serviço de uma educação que forme, inclua e ofereça oportunidades. Aos candidatos cabe o desafio de não apenas elevar as notas, mas recuperar competitividade e enfrentar problemas que o Ideb não traduz, como desigualdades, inclusão, permanência e formação profissional.

Os planos de governo partem de uma rede com avanços nos indicadores, mas que ainda enfrenta desafios para transformar resultados em aprendizagem, permanência e oportunidades. Os seis candidatos convergem em temas como aprendizagem, ensino integral, valorização profissional, educação profissional e tecnologia, mas apresentam visões distintas sobre prioridades e o papel do Estado na educação.

Do resultado à aprendizagem

O plano de Daniel Vilela (MDB), candidato que disputa reeleição, é o que mais explicitamente constrói sua proposta a partir da ideia de continuidade. O documento apresenta como ponto de partida os avanços recentes de Goiás em educação, incluindo aumento da presença de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio, expansão das matrículas em tempo integral e crescimento da proporção de professores com formação adequada à disciplina lecionada.

A proposta é avançar sobre essa estrutura. Entre as prioridades estão a primeira infância, alfabetização, recomposição das aprendizagens e cooperação entre Estado e municípios. O plano estabelece como objetivo que 100% das crianças sejam alfabetizadas na idade certa, com formação continuada de professores, apoio técnico às redes municipais e mecanismos de monitoramento.

O tempo integral aparece como outra frente de expansão, associado a infraestrutura, conectividade, alimentação, transporte, formação docente, projeto de vida e educação profissional. A proposta também incorpora uma agenda que ganhou força na educação brasileira, a inteligência artificial. O plano prevê internet de alta velocidade, equipamentos, uso pedagógico de IA, diagnóstico de defasagens, formação em letramento digital e robótica educacional.

Wilder mira resultado, gestão e correção de defasagens

Wilder Moraes (PL) coloca a gestão dos resultados no centro da proposta, com foco em alfabetização, Língua Portuguesa e Matemática, diagnóstico individual, recuperação da

aprendizagem e acompanhamento dos estudantes.

Para o ensino integral, o plano prevê expansão conforme demanda, infraestrutura e resultados, com prioridade para regiões vulneráveis e maior transparência sobre vagas, frequência, aprendizagem, abandono e custo por aluno. Na primeira infância, propõe o Cartão Creche para financiar vagas em municípios com fila comprovada.

O programa também prevê educação inclusiva, com intérpretes, cuidadores, mediadores e atendimento especializado, além de educação profissional alinhada às vocações regionais e parcerias com IFs, Sistema S e UEG. Na tecnologia, defende o uso responsável da inteligência artificial, com formação docente, proteção de dados e supervisão humana.

Marconi combina legado, carreira e educação profissional

O plano de Marconi Perillo (PSDB) também parte da aprendizagem como eixo. A proposta prevê alfabetização, recomposição das aprendizagens, combate à distorção idade-série, correção de fluxo e metas progressivas para indicadores educacionais.

A diferença está no peso atribuído à carreira dos profissionais. O programa prevê concursos públicos, formação continuada e fortalecimento das carreiras, além da retomada da titularidade dos professores.

Outro eixo forte é a conexão entre escola e mercado de trabalho. O plano propõe fortalecer ITEGOs, COTECs e Escolas do Futuro e criar o Programa Aluno Empregado, voltado à primeira experiência profissional dos estudantes do ensino médio.

Na educação superior, uma proposta chama atenção pelo grau de objetividade, restabelecer a vinculação constitucional de 2% da receita estadual para a UEG, além de ampliar unidades e cursos.

Luis Cesar coloca a escola integral no centro

Entre os candidatos, Luis Cesar Bueno (PT) apresenta a meta física mais clara para a expansão do ensino integral. O programa Goiás Escola do Futuro prevê chegar a 350 a 370 escolas estaduais de tempo integral, o que representaria entre 90 e 110 novas unidades ou conversões ao longo do mandato.

A proposta vai além da ampliação da jornada. Prevê escolas com laboratórios,

bibliotecas, quadras, conectividade, acessibilidade e três refeições. A educação profissional seria integrada ao ensino médio e vinculada às características econômicas de cada região.

O plano também estabelece conexão direta com universidades como UEG, UFG, UFCAT, UFJ, IFG e IF Goiano para ampliar acesso a laboratórios, iniciação científica, robótica, programação, inteligência artificial e empreendedorismo.

É, portanto, uma proposta em que tempo integral funciona como eixo estruturante, não apenas como ampliação da jornada escolar.

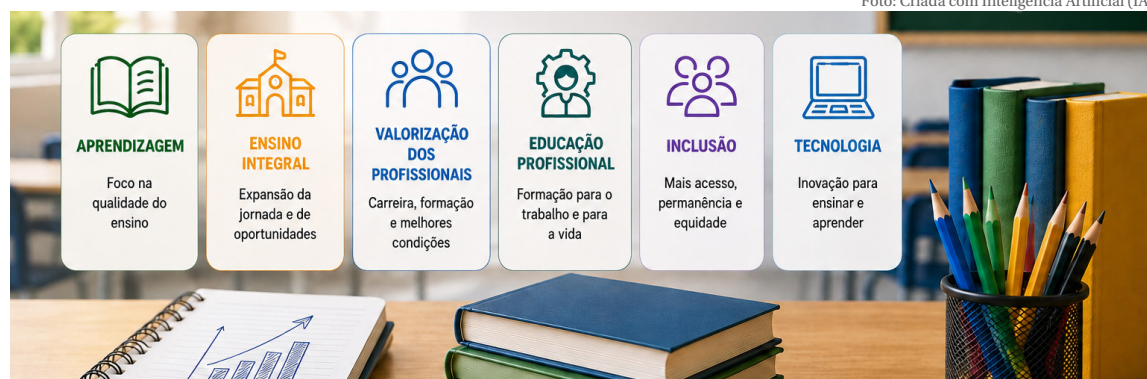
UP e PCO propõem ruptura

Na outra ponta do espectro estão Luciana Amorim e Danilo Pinheiro, respectivamente da Unidade Popular e do PCO, com propostas mais marcadas por mudanças estruturais.

A candidata Luciana (UP) defende um Plano Estadual da Escola Básica Integral, novos concursos, plano de carreira e maior investimento na UEG. Também propõe interromper a militarização e promover a desmilitarização dos colégios estaduais. O programa prevê ainda expansão da rede pública, COTECs e Escolas do Futuro, sobretudo nas periferias e no interior.

Creches em tempo integral, expansão da EJA, educação inclusiva, Libras, profissionais especializados e fortalecimento da participação estudantil completam a agenda. A proposta se distancia dos demais programas ao colocar a expansão direta da rede pública e a desmilitarização como elementos centrais.

Já Danilo Pinheiro (PCO) apresenta a ruptura mais profunda. O partido defende aumento das verbas públicas para educação, destinação exclusiva de recursos públicos ao ensino público, fim dos vestibulares e livre ingresso nas universidades. Também propõe piso de pelo menos R\$ 8,5 mil para professores, jornada máxima de 30 horas, eleição direta para diretores e gestão das universidades com participação de estudantes, professores e funcionários.



Analizamos os planos de governo dos candidatos ao Governo de Goiás e colocamos lado a lado as principais propostas para a área.

Entre avanços e desafios, o que os planos entregam

Considerando os planos e a realidade educacional de Goiás, Daniel Vilela aposta na continuidade, mas detalha menos como enfrentar gargalos como o ensino médio. Wilder Moraes concentra-se em gestão e resultados, com menor atenção às desigualdades sociais e territoriais. Marconi Perillo reúne aprendi-

zagem, carreira, educação profissional e UEG, mas deixa algumas metas pouco definidas. Luís César Bueno estabelece a meta mais concreta, de 350 a 370 escolas integrais, mas depende de estrutura, profissionais e recursos para viabilizar a expansão.

Luciana Amorim prioriza rede pública, creches,

inclusão, carreira e desmilitarização, porém apresenta menos indicadores para dimensionar execução e prazos. Caymmi Henrique propõe mudanças mais estruturais em financiamento, gestão e ensino superior, mas com desafios de viabilidade administrativa e fiscal.

No conjunto, nenhum dos planos resolve sozinho os principais desafios da educação goiana. A realidade revelada pelo Ideb exige ir além da disputa por posições no ranking. Goiás precisa sustentar os bons resultados do ensino fundamental, destravar o desempenho do ensino médio, reduzir

desigualdades entre municípios e estudantes, ampliar a educação infantil, garantir inclusão e preparar o jovem para continuar estudando ou ingressar no mundo do trabalho. É justamente nessa distância entre promessa e capacidade de execução que estará uma das principais questões da eleição de 2026.

Prioridade

"Criança não vota", afirma Edson Ferrari

ao cobrar prioridade para a primeira infância em Goiás

Indicadores do TCE-GO mostram que nenhum dos 12 parâmetros nacionais avaliados alcançou nível ideal; em Goiás, acesso a creches, vacinação e atenção básica estão entre os principais gargalos

» Dhayane Marques

A primeira infância, período que vai até aos seis anos, ainda está distante de ser tratada como prioridade efetiva nas políticas públicas brasileiras. Em Goiás, os indicadores revelam dificuldades que vão desde o acesso à educação infantil até a cobertura vacinal e a atenção básica em saúde. Para o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) Edson Ferrari, presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB), o problema não está apenas na quantidade de vagas oferecidas, mas na qualidade do atendimento e na capacidade do poder público de integrar diferentes áreas em torno da criança.

"Criança não vota. Ela não tem força de pressão. Quem tem que ter força de pressão é a sociedade, são as instituições civis que têm que pressionar o governo", afirma Ferrari. Para ele, a ausência de pressão social ajuda a explicar por que problemas conhecidos há anos continuam sem solução.

A avaliação ocorre no momento em que Goiânia recebe, entre os dias 26 e 28 de agosto, o III Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI), que reúne tribunais de contas, gestores públicos, pesquisadores e representantes da sociedade civil para discutir políticas voltadas às crianças de zero a seis anos. O evento também apresenta dados de auditorias e indicadores utilizados pelos órgãos de controle para avaliar não apenas a aplicação dos recursos públicos, mas os resultados efetivamente produzidos pelas políticas.

Segundo os dados apresentados pelo TCE-GO, nenhum dos 12 indicadores nacionais de primeira infância avaliados está no nível considerado ideal. Nove aparecem na faixa de "cuidado e alerta" e três estão em "alerta máximo": mortalidade materna, percentual de cesáreas e acesso de crianças às creches.

Em Goiás, o cenário chama atenção principalmente na educação infantil. Apenas 28,5% das crianças estão matriculadas em creches, enquanto a média brasileira é de



Em Goiânia, 36,34% das crianças estão matriculadas em creches, enquanto 81,24% frequentam a pré-escola, evidenciando os desafios de acesso à educação na primeira infância

38,28%. Em Goiânia, o percentual chega a 36,34%. O Estado também apresenta 81,24% das crianças na pré-escola.

Para Ferrari, entretanto, ampliar o número de matrículas é apenas uma parte do problema. "Você oferece a vaga de creche, mas você tem que construir creche. Tendo a creche, você tem que dar qualidade para o que está oferecendo", afirma. Segundo ele, isso envolve infraestrutura adequada, número suficiente de profissionais e qualificação dos servidores.

O conselheiro também critica situações de superlotação em salas de educação infantil. Segundo ele, há casos em que espaços que deveriam atender aproximadamente 13 ou 14 crianças recebem 18 ou 19, além de equipes insuficientes para acompanhar os alunos. Na avaliação dele, ampliar o número de matrículas sem garantir estrutura e profissionais pode produzir um aumento quantitativo sem representar avanço na qualidade da educação.

Mais que uma vaga

O debate sobre creches ganhou dimensão ainda maior após auditorias realizadas pelos tribunais de contas. Levantamento apresentado no contexto do ENAPI aponta que Goiás precisa criar 3.380 novas salas de aula e realizar um investimento estimado em R\$ 2,6 bilhões para zerar a fila por vagas em creches, que ultrapassa 43 mil crianças.

O número evidencia a dimensão financeira do desafio, mas também levanta uma questão sobre como os municípios estão planejando a expansão da educação infantil. Para Ferrari, o foco não

pode estar apenas na abertura de novas vagas. É necessário estabelecer critérios de qualidade e acompanhar os resultados do investimento.

A crítica se estende aos indicadores educacionais. Na entrevista, o conselheiro avaliou que a evolução recente do Ideb de Goiás foi insuficiente e defendeu uma análise mais profunda da qualidade do ensino, para além dos índices de aprovação. Ele considera necessário avaliar as condições concretas oferecidas às crianças desde os primeiros anos de formação.

"Não só gaste os 25% de educação. Algumas que gastam com qualidade esses 25%, oferecendo infraestrutura, capacitação para os professores e condições ideais para que os profissionais prestem um bom serviço à sociedade", afirma.

A discussão ganha relevância porque os problemas da primeira infância não ficam restritos à sala de aula. Os indicadores analisados pelo TCE-GO mostram que educação, saúde, saneamento e assistência precisam ser considerados conjuntamente.

Saúde também interfere na aprendizagem

Na saúde, a cobertura contra a poliomielite é de 80,31% em Goiás e 67,21% em Goiânia. Na capital, a cobertura das equipes de Saúde da Família também preocupa, com 43,69%, ante 64,07% no Estado. Para Ferrari, esses indicadores estão diretamente ligados à educação, já que problemas de saúde e alimentação podem comprometer a frequência e o desenvolvimento escolar.

"Se você tiver uma imunização correta, uma alimentação correta nas creches, nas escolas, com melhor formação, vai ter melhoria da qualidade delas. O que isso vai resultar? Em aprendizado melhor. Então é um ciclo vicioso que começa com a ausência do Estado", afirma. O conselheiro também alerta para os efeitos das mudanças climáticas sobre a saúde e a frequência escolar, citando impactos provocados pelo calor, poeira, fumaça e outros eventos extremos.

Políticas precisam conversar

Outro desafio é a falta de integração entre as áreas. Auditoria nacional citada no ENAPI, com 155 municípios, apontou que 91% desenvolvem ações de saúde e educação para a primeira infância de forma desarticulada. Para Ferrari, políticas de educação, saúde, assistência, saneamento e infraestrutura precisam atuar de forma conjunta.

Nesse cenário, os tribunais de contas também ampliam sua atuação: além de verificar a legalidade dos gastos públicos, passam a avaliar se os recursos aplicados estão, de fato, produzindo resultados para a população.

Ferrari defende auditorias operacionais e de conformidade capazes de medir a qualidade das políticas públicas e cobrar mudanças quando os indicadores não evoluem. "Você não pode estar tão diversando dizer que ações da área da educação sejam o gasto essencial, você tem que abrir a prioridade e estabelecer critério", afirma.

O objetivo, segundo ele, é fazer com que os indicadores deixem de ser apenas números apresentados em relatórios e passem a orientar

decisões de governo. O Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB trabalha com um conjunto de indicadores considerados estratégicos para identificar onde estão os principais problemas e quais áreas precisam de intervenção.

Durante o ENAPI, a proposta é ampliar esse debate e consolidar compromissos dos gestores com a primeira infância. Ferrari afirma que candidatos e autoridades já receberam o documento "Eu me comprometo com a primeira infância", que reúne compromissos relacionados à vacinação, pré-natal, alimentação, creches, educação e saneamento.

Goiânia tem avanços, mas desafios permanecem

Os dados também mostram que Goiânia apresenta resultados positivos em infraestrutura. A capital tem 99,01% de acesso à água potável e 98,04% de cobertura de esgotamento sanitário, índices superiores aos registrados em Goiás e no Brasil. Por outro lado, permanecem gargalos em creches, vacinação e atenção básica.

A reportagem procurou a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-GO), a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) e o Governo de Goiás para saber quais medidas estão sendo adotadas diante dos dados apresentados. Até o fechamento desta reportagem, não houve resposta.

Ferrari defende que a primeira infância seja tratada como política de Estado, com acompanhamento permanente dos indicadores e cobrança por resultados. Para ele, garantir o desenvolvimento das crianças exige uma rede articulada de educação, saúde, alimentação, proteção e assistência.



Para Edson Ferrari, superar os gargalos da primeira infância exige que o poder público transforme as crianças em prioridade.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Campanha do Vila

faz torcida sonhar com time na série A

Nos últimos anos, o Vila até chegou próximo de conquistar o acesso à elite do futebol brasileiro, mas, em nenhuma dessas oportunidades, o time jogou um futebol tão convincente, nem teve um treinador tão experimentado como Guto Ferreira na arte de conduzir suas equipes ao acesso. O Vila faz uma campanha muito consistente no Campeonato Brasileiro de 2026. Ocupa a terceira colocação com 40 pontos após 23 rodadas, embalando o sonho da torcida colorada de participar da primeira divisão do futebol nacional, ao lado de clubes como o Flamengo, o Corinthians, o São Paulo, o Palmeiras, o Fluminense, o Internacional, entre outros grandes do futebol brasileiro.



Fotos: Divulgação

Torcida do Vila empolgada com a possibilidade de acesso

No G4 da série B, o Vila Nova soma 12 vitórias, 4 empates e 7 derrotas, mantendo-se firme na zona de briga direta pelo acesso. O grande trunfo do Tigre é o Estádio Onésio Brasileiro Alvarenga, onde a torcida empurra o time para as vitórias. No OBA, perdeu apenas uma partida, para o Sport Recife por 1 a 0. Na última rodada,

arrasou a Ponte Preta por 6 a 0, a maior goleada em sua história na série B. Depois desse massacre contra a “Macaca”, o torcedor colorado não consegue conter mais seu entusiasmo com o futebol apresentado pelo time do coração. Em campo, Guto Ferreira tenta conter a empolgação dos jogadores. Afirma sempre que o Vila

ainda não ganhou nada, que os atletas precisam manter o foco para não perder de vista os objetivos.

Guto Ferreira lembra que a Ponte Preta é o lanterna da série B, virtualmente rebaixada para a série C em 2027. Por isso, não há motivos para excessiva empolgação. “Tem muito campeonato pela frente, vamos deixar o excesso de confiança para o torcedor”, disse Guto Ferreira. Empolgada com o rendimento e a proximidade do G2, a torcida vem lotando as dependências do OBA e impulsionando o time, batendo marcas importantes de sócios-torcedores. Os fanáticos torcedores vilanovenses já não sonham apenas com o acesso, mas acreditam no título de campeão brasileiro da série B, que seria a maior conquista da história do Vila Nova. O torcedor do Tigrão nunca esteve tão confiante no acesso. O desempenho da equipe comandada pelo técnico Guto Ferreira justifica esse otimismo.

✓ Depois de alguns jogos de invencibilidade no comando técnico do Atlético, Roger Silva vive seu primeiro momento de dificuldades, admitindo que o time está apresentando falhas no meio de campo e nas conclusões para o gol.

✓ Em sete partidas no comando da equipe atleticana, Roger Silva conquistou três vitórias, três empates e foi derrotado em uma oportunidade. Foram 12 pontos ganhos, com 57,15% de aproveitamento. O Dragão não vence há três rodadas e caiu de produção com a chegada dos novos contratados.

✓ Os clubes goianos não aprendem. Todo ano deixam para fazer contratações no meio da temporada, quando os melhores jogadores já estão empregados. É o que aconteceu com Vila Nova e Atlético na abertura da janela de julho. Ambos contrataram entre oito e dez jogadores, que ainda não se entrosaram em seus respectivos clubes.

✓ Só o Goiás não contratou o mesmo volume de reforços, por não ter condições financeiras. Mas trouxe o lateral Marcos Vinícius, contratado junto à Chapecoense e anunciou o centroavante Felipe Clemente, artilheiro do Gama na temporada.

✓ O técnico Hélio dos Anjos, do Náutico, afirmou que o “Timbu” também tinha interesse na contratação de Felipe Clemente, mas saiu das negociações quando soube do interesse de Sport e Goiás pelo jogador.

✓ “Clemente é um jogador interessante, pena que o Náutico não tenha condições de concorrer com os outros dois times interessados no jogador”, disse Hélio dos Anjos. O Goiás levou a melhor, acertou a contratação do artilheiro por empréstimo até o final da temporada.

✓ Os principais alvos de críticas da torcida do Goiás e de parte da imprensa são Aroldo Guidão, presidente executivo do clube, Paulo Rogério Pinheiro, presidente do Conselho Deliberativo, e Mozart Santos, técnico do clube.

✓ Em campo, as vaías são sempre direcionadas a Juninho, Cadu Mineiro e Anselmo Ramon. As possibilidades de acesso do Goiás já são muito pequenas, segundo dados do Departamento de Matemática da Universidade Federal de Minas Gerais.

✓ Para subir sem passar pelo play-off, as chances do Goiás são de apenas 1,57% e aproximadamente 14,26% de possibilidades de alcançar o G6, disputando as duas últimas vagas através de um quadrangular. Muito difícil.

Goiás contrata goleador do Gama

Tentando espantar a crise que se instalou no Goiás, a diretoria contratou o centroavante Felipe Clemente, artilheiro do Gama na série D. Aos 27 anos, o atacante já marcou 11 gols na competição, e na temporada, tem 21 gols assinalados com a camisa alviverde do Distrito Federal. Clemente chega por empréstimo até o final da temporada, com preferência para permanecer no Goiás em 2027. Felipe Clemente tem

contrato com o Gama até janeiro de 2029. O atacante era disputado pelo Náutico e também pelo Sport Recife.

Para regularizar o jogador, o Goiás terá que resolver a questão do Transfer Ban imposto pela Fifa ao time esmeraldino pelo caso envolvendo o volante Jonny Lucas, que passou pelo Goiás em 2023. Segundo informações, a dívida será quitada nos próximos dias. O clube deverá fazer um empréstimo no valor de R\$



Felipe Clemente, esperança de gols no Goiás

20 milhões em uma instituição bancária para resolver o problema com a Fifa e quitar os salários até o final da temporada com jogadores e servidores administrativos. Clemente chega para solucionar um problema crônico no ataque do time esmeraldino, a falta de um goleador no comando de ataque. Para a posição, o Goiás tem Anselmo Ramon e Cadu Mineiro, mas nenhum conseguiu resolver o problema da camisa 9 do alviverde.

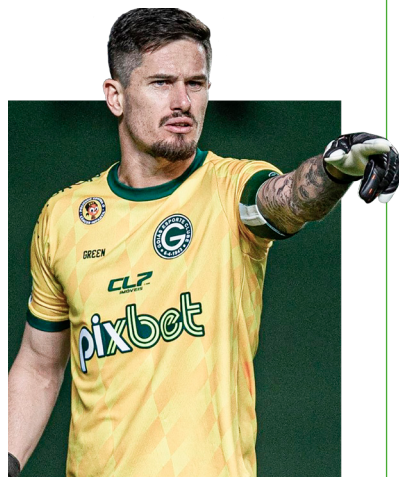
Tadeu é reserva

O técnico Mozart Santos parece ser especialista em contrariar a torcida esmeraldina. Após se recuperar de uma cirurgia, o goleiro Tadeu, ídolo da torcida, seguirá no banco de reservas e terá que “brigar pela posição” com Thiago Rodrigues, agora titular. O técnico parece indeciso em relação à formação do time esmeraldino, até o momento não sabe como utilizar o meia atacante Wellington Rato, que voltou muito bem da cirurgia a que foi submetido e já merece a camisa titular no time da Serrinha. “Em relação a Wellington Rato, estamos entendendo que, progressivamente, vamos co-

locando o jogador em campo. Só preciso entender onde o atleta pode render mais”, disse o treinador, como se o Goiás tivesse tempo de sobra para fazer análises demoradas. Mozart foi campeão brasileiro da série B em 2025 com o Coritiba, mas seu trabalho no Goiás não agrada. Segundo a opinião de analistas, o técnico esmeraldino escala mal, tem uma leitura equivocada do jogo e faz substituições que não melhoram o time. Na maioria das vezes, piora o desempenho da equipe.

O time vive uma fase muito ruim, caminhando para continuar mais uma ano na série B e o técnico ainda se

acha no direito de deixar no banco de reservas os melhores jogadores. Lucas Rodrigues e Pedrinho continuam em processo de transição física. Lucas deve ficar à disposição na próxima partida contra o Cuiabá, sábado, às 18h30, na Arena Pantanal, enquanto Pedrinho ainda deve cumprir algumas etapas no processo de sua recuperação. Lucas Rodrigues é um dos melhores jogadores do Goiás, mas tem se contundido muito, com recuperação demorada. Pedrinho praticamente não jogou na temporada, mas não faz falta, é um jogador que deve ser negociado, por empréstimo ou em definitivo. O Goiás terá a difícil missão de somar pontos no restante da competição,



Torcedor esmeraldino não aceita Tadeu na reserva, como quer o treinador

tanto no estádio Hailé Pinheiro como fora de Goiânia, para recuperar os resultados negativos nos últimos jogos. Na 11ª posição, só vitórias interessam ao Goiás para voltar a subir na tabela e continuar sonhando com uma vaga entre os seis melhores da série B.